

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O PROCESSO DE RETERRITORIALIZAÇÃO DE PRODUTORES ASSENTADOS
NA CAMPANHA GAÚCHA**

DENIR DE OLIVEIRA SOSA JUNIOR

Orientador: Prof^a. Dr^a. ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

PORTO ALEGRE, SETEMBRO DE 2004.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**O PROCESSO DE RETERRITORIALIZAÇÃO DE PRODUTORES ASSENTADOS
NA CAMPANHA GAÚCHA**

DENIR DE OLIVEIRA SOSA JUNIOR

Orientador: **Prof. Dr^a. Rosa Maria Vieira Medeiros**

Banca Examinadora: Prof. Dr. Ávaro Luiz Heidrich (UFRGS)

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura (UFRGS)

Prof. Dr. José dos Santos Rosselvelt (UFU)

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Geografia
como requisito para obtenção do Título de
Mestre em Geografia.**

Porto Alegre, Setembro de 2004.

Sosa Junior, Denir de Oliveira

O processo de reterritorialização de produtores assentados na Campanha Gaúcha./ Sosa Junior, Denir de Oliveira Sosa Junior, Denir de Oliveira. – Porto Alegre: UFRGS, 2004

[80 f.] il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-graduação em Geografia, Porto Alegre, RS – BR, 2004.

1. Geografia. 2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 3. Assentamentos. 4. Desterritorialização. I. Título

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós Graduação em Geografia, em especial à Prof. Dr^a. Rosa Maria Vieira Medeiros pela orientação e também por me acolher como um filho nesta caminhada.

Ao colega de angústias, Jaime Fogaça, que muito colaborou com as considerações que fez durante todo o mestrado.

A meus grandes e inesquecíveis amigos de longos anos, Ana e Márcio Abip, que sempre me acolheram em sua casa nas saídas de campo, agradeço as noites de conversa e “debates travados” sobre o andamento do país e do processo de reforma agrária.

À UFRGS – Universidade Pública e Gratuita – por ter me proporcionado os estudos de Pós-Graduação.

Agradeço a CAPES pela bolsa.

À CEFVAV (Casa do Estudante da Faculdade de Agronomia e Veterinária) por ter proporcionado a minha reterritorialização na capital, sem esta a conclusão deste mestrado seria impossível.

A Artêmio e Rosane Parsianelo, que me receberam em sua casa como a um verdadeiro filho e proporcionaram-me sempre que solicitado condições para a realização desta pesquisa, obrigado por tudo.

Aos agricultores e agricultoras que sempre me receberam com a maior atenção e me acolheram como a um dos seus. Sem vocês este trabalho não existiria.

Aos meus pais, que estão sempre presentes mesmo tendo um filho tão ausente. Velhos obrigado pela força.

Ao meu filho Lucas por, mesmo com pouca idade, compreender que eu o amo mais do que tudo na vida.

Com muito carinho a Edna por ter me acompanhado nesta caminhada, nos momentos difíceis de realização deste trabalho e da vida, obrigado por tudo que passamos.

A todos os meus amigos e pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

Lista de Tabelas.....	IV
Lista Figuras e Mapas.....	V
Resumo.....	VI
Abstract.....	VII
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I – ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO.....	11
CAPÍTULO II – OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E CONSTRUÇÃO DA CAMPANHA GAÚCHA.....	18
2.1. As Feições do Território Rio-grandense Através das Formas de Produção.....	20
2.2. Dinâmica do Território Segundo as Formas de Produção.....	23
2.3. Políticas Públicas Para o Setor Agropecuário.....	25
III - OS ASSENTAMENTOS NA REGIÃO DA CAMPANHA GAÚCHA.....	29
IV – AS FORMAS DE PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS E A SUA EXPRESSÃO NA CAMPANHA GAÚCHA.....	47
4.1. Formas de Produção dos Assentamentos da regional de Bagé: unidade na diversidade.....	49
V – O TERRITÓRIO DOS ASSENTAMENTOS.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparativo de ocupação da terra.....	33
Tabela 2 – Assentamentos instalados na regional de Bagé entre 1985 e 2000.....	67

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura1 – Área de Estudo/ Municípios da Regional de Bagé	02
Figura 2 – Região da Campanha Gaúcha Segundo o IBGE.....	03
Figura 3 – Regional de Bagé com Assentamentos.....	30
Figura 4 – Concentração Fundiária no RS.....	66
Mapa 1 – Território dos Assentamentos na Regional de Bagé.....	64

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar o processo de reterritorialização de produtores assentados na Campanha Gaúcha, suas formas de produção e as mudanças que são empregadas ao território ocupado. Busca, também, analisar o desenvolvimento da propriedade familiar em um lugar considerado como o berço do latifúndio pecuarista no Estado.

Também são objetivos desta pesquisa o entendimento das mudanças que são empregadas pelos assentamentos, a dinâmica das comunidades em que se instalam, bem como a opção por formas de produção (agroecologia) que vão contra o poder localmente constituído.

O estudo parte de uma abordagem histórica sobre a estruturação do espaço agrário brasileiro, passando pela ocupação do território Rio-grandense, pela construção da Campanha Gaúcha, pela criação dos assentamentos na Campanha, pelas formas de produção nos assentamentos e a sua expressão no território estudado, considerado como o território dos assentamentos.

A área deste estudo foi a Regional de Bagé, composta pelos municípios de Bagé, Hulha Negra, Candiota e Aceguá, que congregam um número expressivo de assentamentos na região (aproximadamente 50) e também por configurar-se como o lugar de “nascimento” da idéia de produção agroecológica dentro dos assentamentos.

Neste estudo, os processos de des/reterritorialização foram analisados tendo como base as relações de poder que são exercidas através dos processos produtivos e das concepções de sociedade/identidade territorial que ambos empregam ao território.

Palavras Chaves: reterritorialização, território, assentamentos, campanha gaúcha, formas de produção, agroecologia.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to investigate the process of replacement of producers settled in the Campanha region of the state of Rio Grande do Sul, their systems of production, as well as changes applied to the settled territory. It also seeks to analyse the development of familiar property in a place known as the cradle of cattle-breeding latifundios in the State.

This research also aims at understanding the changes applied by the settlements, the dynamics of the communities they are inserted in, as well as the option of systems of production (agroecology) which run counter to local constituted power.

This study firstly focuses on a historical approach of the framing of Brazilian agrarian space, moving next to the occupation of Rio Grande do Sul territory, to the construction of its pampa region (Campanha), then to the creation of pampa settlements, to systems of production in the settlements and their expression in the studied territory as a settlement territory.

The area studied is that of Bagé Region, comprising the cities of Bagé, Hulha Negra, Candiota and Aceguá, which are representative of a large number of settlements in the region (approximately 50) and also for being the cradle of the idea of agroecological production in the settlements.

In this study the processes of dis/replacement were analysed considering the relations of power established through the productive processes and conceptions of territorial society/identity which both applied to the territory.

Key-words: replacement, territory, settlements, pampa region, systems of production, agroecology.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo o estudo do processo de reterritorialização de produtores assentados na Campanha Gaúcha. Para isso, analisou-se o processo histórico de ocupação da Campanha, suas formas de produção e a dinâmica de desenvolvimento sócio-econômico que se estabelece a partir do processo de ocupação via latifúndio pecuarista.

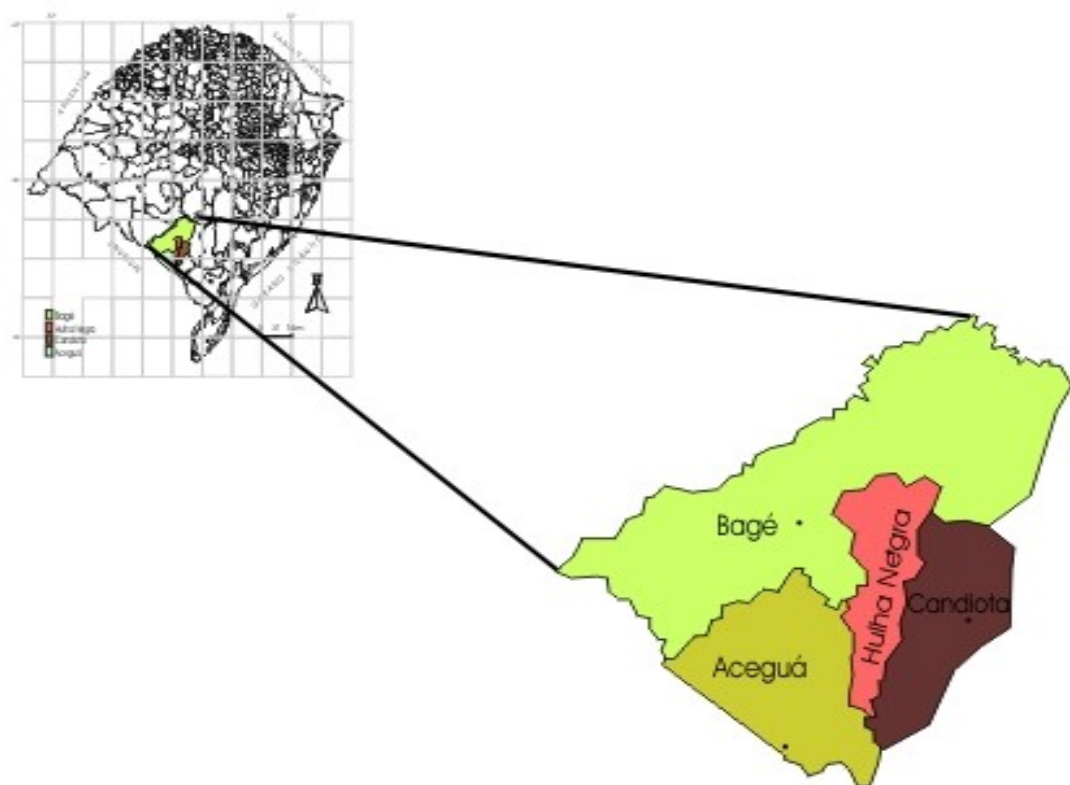
A área de estudo é delimitada pelos municípios que, segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), compunham até o ano de 2003 a regional de Bagé (Bagé, Hulha Negra, Candiota e Aceguá). (Figura 1)

Essa área foi escolhida por estar localizada na região da Campanha Gaúcha, conhecida historicamente pelo predomínio da grande propriedade pecuarista de caráter extensivo, bem como por representar o lugar onde as relações de poder mantiveram-se por mais tempo inalteradas no cenário Rio-grandense. (Figura 2)

Dessa forma, consideramos que o território analisado formou-se através do embate entre duas forças (latifúndio pecuarista e pequenos produtores assentados) que disputam, através do discurso, da política, dos costumes, dos hábitos, dos símbolos, mas principalmente através da viabilidade de suas formas produtivas, uma certa porção territorial que, em última instância, reverte-se em sinônimo de poder¹.

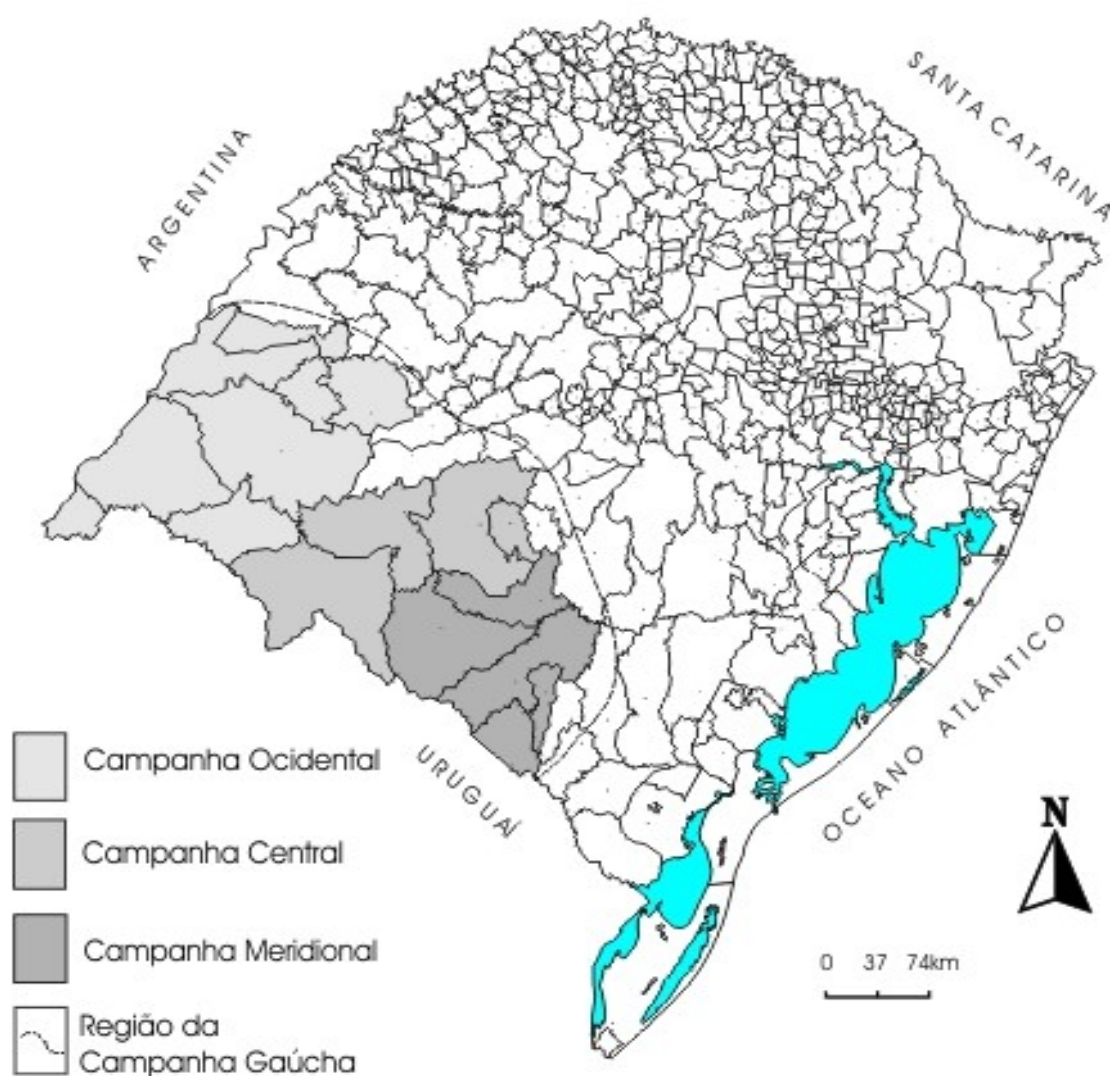
¹ Mesmo este estudo não tendo abordado com profundidade, ressaltamos que em tal cenário ainda se encontram, mesmo que em menor escala, o que FONTOURA (2000, p. 147) chama de pecuária empresarial ou seja: "... uma classe de produtores rurais da atividade pecuária, que gerenciam suas estâncias como empresas (...). Não diferem apenas no gerenciamento da atividade pecuária [referência aos pecuaristas tradicionais], mas também na sua inserção social. Preocupados com o que ocorre 'prá lá da porteira' de suas propriedades, se envolvem com problemas como geração de empregos, desenvolvimento regional, extensão rural, ação sindical, e principalmente, desenvolvimento de tecnologia para o campo."

Figura 1- ÁREA DE ESTUDO/ MUNICÍPIOS DA REGIONAL DE BAGÉ



Fonte: Gabinete de Reforma Agrária do
Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
MODIFICADO PELO AUTOR

Figura 2 - REGIÃO DA CAMPANHA GAÚCHA
SEGUNDO O IBGE



Fonte: www.ibge.gov.br

Concordamos com RAFFESTIN (1993, p.143) quando coloca que:

“O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço. (...) O território nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder.”

Entendemos, também, que é necessário fazer uma análise abrangente do território, pois assim podemos compreender com maior profundidade as relações que nele se desenvolvem, conforme Haesbaert (2001, p.1770), quando coloca que as concepções sobre o território podem ser agrupadas em três vertentes - jurídica política, cultural(ista), econômica - e que uma análise parcial do território “(...) está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros do poder.”

Uma análise abrangente do território leva o autor à afirmativa de que o “... território deve ser visto na perspectiva de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva”.(HAESBAERT, 1997, p.41)

Dessa forma “(...) o território é, ao mesmo tempo, um recurso ou um instrumento de poder e um valor, valor este que vai além do simples valor de uso ou de troca, estendendo-se pela valorização simbólica, identitário-existencial.” (id., 2001, p.1771)

O processo de desterritorialização nega a fixação do grupo social, da população, do indivíduo a uma base física, além de fazer com que o mesmo perca ou pelo menos deixe adormecido seus costumes, suas relações interpessoais, seu cotidiano. Com isso, perde-se a identidade territorial existente, partindo do pressuposto que “(...) toda a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma noção de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social.”(id., 1999, p.172)

Acreditamos que, de certa forma, o processo de desterritorialização apresenta um viés econômico muito forte, à medida que nega a reprodução de um determinado grupo em uma porção específica do território, fazendo com que ocorra assim um deslocamento e a tentativa

de uma reterritorialização (econômica, política, social, cultural) em outro lugar. Assim, do mesmo modo que o viés econômico nega o acesso e a manutenção do território, ele pode ser utilizado como um agente reterritorializador à medida que, através das formas de produção, mostra-se mais “eficiente” do que as formas tradicionais de produzir.

Em ambos os processos (desterritorialização/reterritorialização), forças sociais, econômicas e políticas atuam como elementos de manutenção, expulsão e/ou atração (quando no processo de reterritorialização) de grupos envolvidos.

A partir dos processos anteriormente colocados, demonstram-se quais vias e como os pequenos produtores familiares são, em um primeiro momento, desterritorializados e, em um segundo, reterritorializados ou se reterritorializam em um espaço que ainda hoje no Rio Grande do Sul se configura como sendo de domínio da pecuária e do latifúndio.

Os processos (des/reterritorialização) foram analisados tendo como base as relações de poder exercidas através dos processos produtivos e das concepções de sociedade/identidade territorial que ambos empregam no território.

Para tanto, metodologicamente procuramos realizar um caminho que nos leva-se a conhecer a estruturação do espaço agrário brasileiro, assim como as contestações que são geradas a partir do processo de territorialização do capital no campo. Este nos levou a realizar um fracionamento temporal com a finalidade de entender melhor o processo de concentração de terras no Brasil.

Tal fracionamento temporal deixou claro o caminho percorrido pelo capital para a sua territorialização no cenário nacional, ou seja, partindo da doação via sesmarias, passando pela manutenção do modelo concentrador em 1850 com a criação da Lei de Terras, iniciando um novo ciclo em 1930 com a passagem de um modelo agrário-exportador para um urbano-industrial e implantando pós 1964 o Estatuto da Terra que tinha, entre outras coisas, o objetivo de exterminar o minifúndio.

Vimos que tal processo de territorialização do capital teve igualmente em cada período histórico contestações que, em maior ou menor escala, ficaram marcadas como formas de embate ao poder “legalmente” estabelecido.

Em um segundo momento, realizamos uma abordagem que priorizou a análise do espaço Rio-grandense. Nesse momento, foi dada maior ênfase ao estudo da ocupação do

território via formas de produção. Partindo desse enfoque, demonstramos quais as feições empregadas ao território segundo as formas de produção, bem como as dinâmicas territoriais que o mesmo apresenta tendo por base que o estado conta com duas formas de produção distintas e que ambas empregam um desenvolvimento territorial diferenciado aonde se instalam.

Introduzimos, ainda, a análise das modificações empregadas na Campanha Gaúcha devido à chegada dos assentamentos à região. Para isso, partimos da pesquisa realizada durante as saídas de campo e entrevistas qualitativas realizadas junto aos produtores assentados e acampados. Também foram entrevistados técnicos dos assentamentos e dos órgãos governamentais nos anos de 1998, 1999, 2000, 20001 e 2002, bem como foi feita uma análise da paisagem nos períodos de permanência no local da pesquisa.

A presente pesquisa busca estabelecer, através do estudo descritivo, os motivos que proporcionaram o processo de reterritorialização de produtores assentados na campanha gaúcha. Frente a isso, optou-se pelo método de estudo de casos como tentativa de reconstrução da realidade.

Para BECKER (1994, p.118):

“O estudo de caso geralmente tem um propósito duplo. Por um lado, tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo: quem são seus membros? Quais suas modalidades de atividades recorrentes e estáveis? Como elas se relacionam umas com as outras e como o grupo está relacionado com o resto do mundo? Ao mesmo tempo, o estudo de caso também tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estruturas sociais.”

O estudo de caso prepara para lidar com uma variedade muito grande de problemas teóricos e descritivos, à medida que os vários fenômenos revelados pelas observações do investigador têm que ser incorporados ao relato e posteriormente receber atribuição de relevância teórica. (BECKER, 1994, p.118-119)

Neste estudo, foram utilizadas diferentes técnicas de coleta de dados, entre elas estão as pesquisas exploratórias, entrevistas semi-estruturadas, entrevistas estruturadas, questionários e consulta a documentos referentes ao caso em estudo.

A pesquisa de campo foi realizada em diferentes etapas. Em um primeiro momento, optou-se por uma saída que consideramos como exploratória, na qual ocorreram entrevistas informais. Segundo GIL (1987, p.116), estas se distinguem da “...simples conversação porque têm como objetivo básico a coleta de dados. O que se pretende com entrevistas desse tipo é a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado ...”, assim, as entrevistas foram realizadas com representantes dos assentamentos locais, com responsáveis pelos órgãos de assistência técnica municipais e estadual, bem como com assentados e acampados locais, cujo contato inicial foi feito com o intuito de realizar um levantamento das características locais e para a formulação de um roteiro semi-estruturado de possíveis perguntas e pontos a serem abordados. Nessa ocasião, também foi levantada a situação para a aplicação de questionários de maior fôlego, entrevistas estruturadas e levantamento de dados documentais.

Este primeiro contato foi muito importante à medida que nos deu indícios das características gerais dos assentamentos a serem pesquisados, a indicação dos indivíduos a serem inquiridos, a compreensão do fato a ser estudado por parte dos pesquisados, bem como os valores que embasavam cada grupo estudado.

Optou-se por selecionar uma amostragem por tipicidade, sabendo que esta consiste em “...selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população...”, e também que é necessário um “ ... considerável conhecimento da população e do subgrupo selecionado.” (GIL, 1987, p.96)

Foram selecionados para fazer parte da pesquisa os assentamentos Nova Vitória, Nossa Senhora Aparecida, 8 de Agosto (Município de Candiota); Conquista da Fronteira, Santa Elmira (Município de Hulha Negra). Em um segundo momento da pesquisa, foram aplicados nos assentamentos questionários e entrevistas estruturadas com perguntas abertas e fechadas. As entrevistas e os levantamentos de dados nos assentamentos citados, bem como nos órgãos municipais, foram feitos de 1998 a 2002, sendo importante salientar que o tempo mínimo de permanência por saída de campo foi de quarenta e cinco dias, buscando-se, assim, uma real integração nas comunidades pesquisadas.

Uma técnica muito utilizada ao longo do estudo para a coleta de dados foi a observação participante, a qual se deu de uma forma artificial e revelada, GIL (1987, p. 108) coloca que isso ocorre quando “... o observador se integra ao grupo com o objetivo de realizar uma investigação. Na observação artificial, o observador depara-se com mais problemas que na observação natural². Em primeiro lugar, precisa decidir se revelará o fato de ser pesquisador ou se tentará a integração no grupo utilizando disfarce.” Optou-se por revelar os objetivos da pesquisa por não se considerar necessário o “disfarce” para a obtenção das respostas as questões que se queriam elucidar.

A observação participante serve devido ao fato de a coleta de dados ser feita através da participação na vida cotidiana do grupo ou organização que se está estudando. Seguindo estas orientações, foram observadas reuniões de grupos de agricultores (independente da sua forma de produção), de mulheres, de jovens, da cooperativa local, bem como o processo de trabalho e comportamento no cotidiano.(BECKER, 1994)

A técnica utilizada apresenta suas limitações à medida que o pesquisador pode ser identificado como fazendo parte de um determinado estrato social ou de um grupo específico, as informações adquiridas podem ser falseadas para responderem as “perguntas” do observador ou simplesmente negadas. Com o intuito de diminuir a margem de erro nas informações, os dados coletados com a observação participante foram confrontados com os dados obtidos através das demais técnicas utilizadas. (GIL, p.1987)

Dados de fontes documentais foram buscados junto aos arquivos internos da cooperativa regional dos assentamentos; documentos da prefeitura municipal de Candiota, Hulha Negra e Bagé; documentos e publicações da EMATER/ASCAR e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para darem apoio ou confrontarem-se com os dados obtidos a campo.

A análise dos dados obtidos foi desenvolvida através da análise de conteúdo, sendo também utilizada junto aos questionários aplicados nos assentamentos.

A seleção dos assentamentos a serem pesquisados parte da análise dos dados coletados com o roteiro semi-estruturado, a partir daí e seguindo diferentes orientações teóricas, foram definidas as principais características que deveriam apresentar os assentamentos e os

² É considerada observação natural quando o observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga.

assentados para que fizessem parte da pesquisa em andamento. As características referiam-se a: trajetória de luta pela terra; tempo de estabelecimento do assentamento; relação do assentado com a terra; forma de produção exercida; inserção no mercado e na dinâmica econômica local.

As características abordadas fundamentavam-se como critérios, pois o objetivo era, com a trajetória de luta pela terra, identificar como os atuais assentados haviam sido incorporados ao processo de luta pela terra, bem como o seu tempo como acampado e a sua trajetória a partir deste momento; com o tempo de estabelecimento do assentamento, buscou-se identificar, entre outros fatores, há quanto tempo o assentamento fazia parte da dinâmica local, tanto da econômica como da política organizacional; a relação do assentado com a terra buscou compreender quais as relações que os assentados foram criando com a “terra conquistada”, se uma relação puramente comercial ligada à produção ou uma relação de tentativa de manutenção e ampliação da fertilidade do solo; a forma de produção tinha como horizonte identificar quais as técnicas que são utilizadas pelos agricultores assentados, se estas eram passíveis de padronização ou não, assim como o impacto econômico/social/ambiental que causavam; a inserção no mercado e na dinâmica local buscou desvendar qual a importância econômica dos assentamentos para o conjunto da população local.

As informações utilizadas na pesquisa foram coletadas da seguinte forma:

- a) Responderam a questionários específicos a coordenação dos assentamentos já mencionados;
- b) Responderam a questionários específicos todas as famílias dos assentamentos pesquisados;
- c) Entrevistas semi-estruturadas e estruturadas foram buscadas junto a dirigentes, assentados, acampados e técnicos dos diferentes órgãos pesquisados.

Foram analisados na pesquisa aproximadamente cento e cinquenta questionários, bem como entrevistas com produtores de sementes agroecológicas, de leite e de sementes para as integradoras locais.

A pesquisa em “locus” cotejada com uma abordagem teórica demonstrou o grande desenvolvimento sócio-econômico empregado à região com a chegada dos assentamentos. Partindo ainda de uma análise prático-teórica, foi possível distinguir as diferentes formas de produção que se mostraram presentes dentro dos assentamentos, bem como as formas que através de seus discursos e da sua “rentabilidade” dominam o cenário nos assentamentos.

Por fim, o estudo demonstra as características do território dos assentamentos, ou seja, como este se configura e se desenvolve na Campanha Gaúcha.

I – ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

A estruturação do espaço agrário brasileiro está diretamente ligada à exclusão e à concentração de terras. Podemos identificar, grosso modo, quatro momentos para o entendimento da questão. O primeiro foi a doação de sesmarias para os nobres da Capitania, considerada como a primeira grande forma de ocupação do território brasileiro. Este sistema permaneceu até 1850, quando foi implantada a Lei de Terras no território brasileiro. Deste momento em diante, a terra só poderia ser adquirida mediante a compra, passando a regular o mercado de terras e a força de trabalho, porque com a desagregação do escravismo e a conseqüente crise no setor escravocrata, a fonte do poder desloca-se, da propriedade do escravo para a da terra.

Na década de 1930, inicia-se um novo ciclo na economia brasileira, passando de uma economia agrário-exportadora urbano-industrial. A agricultura brasileira, nesse contexto, recebe um novo papel: tem agora a função de suprir de alimentos baratos as massas urbanas que trabalham e de abastecer com matéria-prima a indústria. O terceiro momento a ser analisado será a partir do Estatuto da Terra, implantado em 1964 pelo governo militar tendo como meta o extermínio tanto do latifúndio como do minifúndio para a implantação da empresa rural, totalmente montada em bases capitalistas de produção; a ocupação das chamadas “regiões pioneiras”; e a implementação da reforma agrária.

O quarto momento analisado é o das contestações que ocorrem no espaço agrário como forma de contrapor-se ou discutir o poder do latifúndio em suas diversas formas e em tempos diferentes.

A lei de sesmarias empregada no Brasil colônia tinha por objetivo solucionar embates

que vinham ocorrendo em Portugal. Estes choques ocorriam entre o feudalismo – decadente – e a burguesia mercantil – nascente. Com a política de mediação, o governo português, através da doação de sesmaria e o cultivo da cana-de-açúcar na colônia, agradaria ambas as partes – senhores feudais e burguesia mercantil emergente –, pois possibilitaria a ocupação da terra “(...) em moldes inteiramente a gosto feudal da época. A certeza de grandes lucros bastaria para agradar a classe dos mercadores...”. (GUIMARÃES, 1989, p. 45)

A sesmaria tinha como características a grande extensão de terras, a monocultura voltada para a exportação e o uso do trabalho escravo, deixando em um segundo plano a agricultura de subsistência, geralmente efetuada pelos escravos em seus períodos “livres”.

GUIMARÃES (1991, p.51) coloca que “(...) desde suas origens, a sesmaria, o engenho erguiam intransponível barreira à cultura dos mantimentos, a pequena e pouco rentosa agricultura de subsistência.”

A distribuição de sesmarias somente beneficiava os nobres da colônia, que juntamente com as terras recebiam poderes ilimitados para efetuarem qualquer punição e atitude com o que lá estivesse contido, ou seja, tornava-se senhor absoluto de tudo e de todos.

A lei de terras criada a partir de 1850 formava um novo mercado nacional, ou seja, o mercado de terras e da força de trabalho livre. A terra agora só poderia ser adquirida por meio de contrato de compra. Fora desse mercado, ficava a maioria da população que dispunha de poucos recursos.

Esta mudança é empregada para manter a situação fundiária e a estrutura de poder inalteradas. A compra de terras por parte da maioria da população tornou-se inviável e a solução encontrada foi empregar a força de trabalho nos grandes latifúndios.

A lei de terras, de uma só vez, regula o mercado de terras e a força de trabalho.

Em 1888, com a libertação dos escravos e a consolidação da república no final do século XIX, o Brasil passa a viver a origem de seu processo de urbanização e industrialização.

A consolidação do processo urbano-industrial do Brasil pós 1930 recoloca o papel da agricultura. OLIVEIRA (1987, p.14) interpreta da seguinte maneira:

“A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos de participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura, o processo pelo qual a posição hegemônica se concretizará é crucial: a nova correlação de forças sociais, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de **destruição** das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de **criação** das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno. Trata-se, em suma, de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá de uma **realização parcial interna crescente**. A destruição das regras do jogo da economia agrário-exportadora significa penalizar o custo de rentabilidade dos fatores que eram tradicionalmente alocados para a produção com destino externo, seja confiscando lucros parciais (o caso do café, por exemplo), seja aumentando o custo relativo do dinheiro emprestado à agricultura (bastando simplesmente que o custo do dinheiro emprestado à indústria fosse mais baixo).” [grifo do autor]

A agricultura agora deve suprir as necessidades das massas urbanas não servirá exclusivamente para o pagamento dos bens de consumo. Passará, então, a ter o encargo de manter baixo o custo da alimentação e de suprir a indústria com matéria-prima. Dessa forma, o custo de reprodução da mão-de-obra industrial também será baixo e, por consequência, mal remunerado.

Os rumos políticos do país fazem com que os governos militares pós 64 implementem projetos com a finalidade de acelerar o desenvolvimento capitalista no campo. Para que isso ocorresse, foram dados incentivos às grandes empresas para modernização do campo e criadas medidas para um desenvolvimento agrário voltado à implementação de uma política considerada excludente.

Esta política excludente foi legitimada através do Estatuto da Terra, que tornou acessíveis os créditos para a implementação de empresas somente em bases capitalistas. A reforma agrária pretendida no Estatuto nunca se deu efetivamente uma vez que as desapropriações tinham caráter paliativo, só ocorrendo quando era necessário amenizar os conflitos no campo. O projeto elaborado pelos militares ainda previa a ocupação das chamadas “regiões pioneiras” como forma de solucionar os conflitos no campo. O que se conseguiu com

tais projetos foi a concessão de vastas áreas a grupos nacionais e internacionais que tinham como objetivo primeiro a exploração dos recursos naturais,“ (...) o objetivo era colonizar para não reformar, o problema da terra jamais seria resolvido com os projetos de colonização(...)”(FERNANDES, 1996, p. 34)

A agricultura, voltada à grande propriedade monocultora (cana, café, cacau, etc.), que utilizava uma quantidade muito grande de terra como força de trabalho cria no campo brasileiro um número significativo de excluídos do setor rural.

A exclusão do homem do campo foi intensificada quando ocorreram quedas na exportação de grãos, ou quando novas tecnologias eram incorporadas no campo, cada vez mais a máquina substituía o trabalho humano.

A manutenção de uma estrutura fundiária excludente e a criação de dispositivos legais, para que a mesma se mantivesse intacta, fez com que eclodissem no campo brasileiro conflitos pela posse e uso da terra.

Estes conflitos vêm se desenvolvendo a um longo período, nos permitindo visualizar que “(...)conflitos sociais no campo, no Brasil, não são exclusividade de nossos tempos, são, isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país.” (OLIVEIRA, 1989, p.15)

Os quilombos foram uma das primeiras formas de organização no campo brasileiro a fazerem oposição à grande propriedade monocultora.

Os quilombos eram grandes conjuntos de produção coletiva dentro de áreas florestadas, montados por escravos fugidos de seus senhores. Constituíam uma ameaça constante à colonização portuguesa, primeiro por difundir a idéia de liberdade entre os negros escravos e, segundo por ser considerado um provável perigo na forma de ataque aos colonizadores portugueses.

Outro movimento de contestação contra o poder dos coronéis foi o cangaço. Este movimento foi ligado ao banditismo, já que os camponeses espoliados nem sempre buscavam as vias pacíficas para expressar o seu descontentamento. Sua territorialidade estava alicerçada nas dificuldades impostas pela caatinga do semi-árido nordestino, no início do século.

Os grupos de cangaceiros constituíam pequenos exércitos autônomos, que

representavam um questionamento ao poder dos coronéis. Tal questionamento fez com que vários grupos de cangaceiros fossem levados à morte, muitas vezes exigida pelos grandes fazendeiros e pelos comerciantes.

A violenta repressão ao cangaço explicitou que o caráter tido como modernizante do período 1930/1945 acabou por compor a aliança entre o Estado autoritário e o tradicional coronelato do sertão nordestino.

Em 1940, um outro movimento de contestação ao latifúndio teve início no meio norte de Goiás, este é conhecido como Trombas e Formoso no Centro-Oeste da Amazônia. Esta região havia sido ocupada desde 1940 por migrantes oriundos de diversos pontos do país. Na década de 50, desenvolve-se ali um processo de grilagem, indicando a implementação da ocupação planejada pelo Estado para o capital.

Segundo OLIVEIRA (1989, p.23) a estratégia utilizada se deu através de “(...)propostas de compra das posses dos posseiros, o que quer dizer compra mediante pagamento unicamente das benfeitorias. Diante da recusa, são lançados jagunços sobre os camponeses. Diante da resistência, são feitas tentativas de transformar os posseiros em parceiros (...)”

Devido aos inúmeros conflitos e os rumos que tomavam o embate entre posseiros e grileiros apoiados pelo Estado, em 1954 o Partido Comunista Brasileiro (PCB) envia alguns militantes para viverem e trabalharem na área. A partir de então, os camponeses se organizaram e começaram a desenvolver o trabalho coletivo na forma de mutirão.

Em 1957, a região estava totalmente organizada e sob o controle dos posseiros. Nessa mesma data, o governo mandou para lá um forte contingente militar para combatê-los. Após algumas negociações, o Partido Comunista conseguiu um acordo com o governo do Estado, sendo retirados os policiais e reconhecida uma área de dez mil quilômetros quadrados como propriedade dos posseiros.

Destacou-se nessa luta, a figura de José Porfírio, que foi líder dos posseiros e posteriormente eleito deputado Estadual com o voto dos mesmos após o assentamento. No entanto, os líderes do movimento foram presos em 1970 e José Porfírio em 1972, durante abordagens policiais relacionadas com a guerrilha do Araguaia.

Essas lutas tiveram como característica principal a resistência dos expropriados em épocas diferentes da formação espacial brasileira. Todas foram tratadas do mesmo modo pelos governos estaduais e federal, ou seja, à base da chibatada nos negros recapturados após a destruição dos quilombos; à bala para os cangaceiros “bandidos” que ousavam desafiar o poder dos coronéis do sertão do nordeste; à opressão, perseguição e morte para os posseiros que ousavam colocar-se no caminho dos “grileiros”. A repressão, em tais conflitos, foi quase sempre patrocinada pelos grandes proprietários e executada pelo aparelho repressor do Estado.

No Rio Grande do Sul em 1960, iniciou-se o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), a partir da tentativa de expulsão de 300 famílias que ocupavam uma área de 1.600 ha, no município de Encruzilhada do Sul. Tais terras já estavam em posse dessas famílias há mais de 50 anos.

Alguns anos depois, o MASTER põe em prática a forma de luta pela terra que viria a ser uma de suas principais características os “(...) acampamentos no perímetro de latifúndios improdutivos, previamente escolhidos. Feito o acampamento, pediam a desapropriação do imóvel, com base na Constituição estadual, que estipulava que o Estado combaterá a propriedade improdutiva, por meio da tributação especial ou mediante desapropriação.” (MEDEIROS, 1989, p.67)

O novo, nessa forma de reivindicação, foi que a pressão partia dos trabalhadores já expropriados do campo que, de alguma forma, queriam voltar e produzir no lugar que lhes era familiar. Este tipo de reivindicação diferenciava-se das demais uma vez que os trabalhadores não estavam reivindicando a sua permanência no campo, mas sim a sua volta ao mesmo.

É também no Rio Grande do Sul que a organização dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem o seu marco inicial. Em 1978, mais de mil famílias de arrendatários de terras na Reserva Indígena dos Kaiagang de Nonoai começaram a se retirar da reserva devido aos conflitos com os índios que exigiam desocupação integral de suas terras.

As famílias tomaram diferentes destinos: uma parte permaneceu em Ronda Alta/Sarandi/RS, outra, não tendo para onde ir, foi alojada no Parque Internacional de Esteio, na grande Porto Alegre.

A partir desse momento, o destino das famílias diversificou ainda mais. Daqueles que permaneceram no Parque de Esteio, uma parte foi transferida para o Estado do Mato Grosso, integrados a um projeto de colonização da época. Outras famílias foram assentadas em Bagé,

vindo a formar o assentamento Nova Esperança, enquanto que o restante desses trabalhadores sem terra permaneceu acampado na região começando a organizar-se para a discussão de sua realidade.

A partir destas discussões, surgiram propostas para a ocupação da área que fazia parte da reserva florestal de Sarandi. Esta tentativa de ocupação não foi bem sucedida, devido à falta de organização interna do movimento na época. Após esta ocupação frustrada, os trabalhadores sem-terra ocuparam efetivamente em 1979, as fazendas Macali e Brilhante, também na região de Sarandi. Em 1981, acamparam na Encruzilhada Natalino e em 1985, com uma organização interna bem consolidada, ocuparam a fazenda Anoni.

Lutas como estas colocam de forma clara a questão da terra, pois apresentam para a população em geral uma nova forma de luta dos trabalhadores rurais. As ocupações, a partir desse momento, tornam-se mais freqüentes no cenário nacional.

STÉDILE (1999, p.18) coloca que “(...) MST [dessa forma] nasceu no sul em função de um conjunto de fatores, que têm suas raízes nas condições objetivas do desenvolvimento da agricultura. Mesmo assim nós do MST nos consideramos herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas, porque aprendemos com sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas.”

Mesmo considerando que a origem do MST se deu concomitante em vários estados do Centro-Sul, janeiro de 1984 foi fixado como data oficial de fundação do Movimento, cuja oficialização realiza-se no I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em 1980 na cidade de Cascavel no Paraná. Estavam presentes neste ato 80 representantes de 13 estados. (id.)

Interessa-nos, especialmente, procurar entender e demonstrar como a origem, a consolidação e a exponencialização das ações do MST ocorrem no estado federado que foi longamente hegemonizado pelo latifúndio pecuarista.

II – OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E CONSTRUÇÃO DA CAMPANHA GAÚCHA

A construção do território Rio-grandense não pode ser compreendida sem que se leve em consideração o caráter fronteiriço do mesmo. Esta peculiaridade emprega ao território a necessidade de uma intensa militarização e a formação de uma ideologia conservadora de defesa do território e manutenção dos valores dominantes na época. (HAESBAERT, 1988)

A intensa movimentação fronteiriça devido as constantes lutas pela demarcação territorial fez com que a ocupação fosse “diferenciada” das demais regiões brasileiras. Aqui, a ocupação territorial foi feita via sesmaria voltada à pecuária com fins de manutenção de território. Esta forma de ocupação empregou ao território Rio-grandense um caráter extremamente segregador, à medida que a partir do latifúndio pecuarista formou-se o grupo social hegemônico, a base econômica e a identidade regional que iriam dominar o espaço Rio-grandense (e a Campanha Gaúcha até os dias atuais).

A oligarquia formou-se com base em uma identidade territorial fortemente ligada a uma estrutura político-econômica (militar-pecuarista) específica.

A base econômico-social, formada através do latifúndio pecuarista, empregou ao território Rio-grandense feições que, com o decorrer dos tempos, eram vistas como “negativas” junto ao poder central. A pouca mão-de-obra empregada na atividade pecuária não proporcionou o adensamento populacional desejado, além disso, a pecuária ocupava uma área geográfica específica (os campos) ficando assim as áreas de matas sub-aproveitadas.

Esta especificidade geográfica/econômica fez com que o governo central, já desde 1748, empregasse esforços em direção à colonização das áreas não ocupadas pela atividade pecuária. Tais esforços surgiam em vista de que a atividade ligada à pecuária não proporcionava um abastecimento satisfatório de gêneros alimentícios para a população local.

Os esforços em torno da colonização em áreas de mata (não ocupadas pela pecuária), começam a demonstrar a sua efetividade a partir de 1824 com a chegada de alemães ao estado. Em um segundo momento –1874-75– também são introduzidos os imigrantes italianos, somando esforços na colonização das áreas não propícias à pecuária.

Os grandes proprietários não ficaram de fora do novo mercado (terras) que surgia no espaço Rio-grandense, isto pode ser verificado quando BERNARDES (1963, p.32) coloca que:

“... os grandes proprietários do campo encontraram um negócio lucrativo para suas sesmarias de mata que estavam sem aproveitamento: vendê-las em pequenos lotes aos filhos dos colonos que necessitavam de terras.(...) Muitos particulares registravam glebas como se fossem de sua ‘posse’ ou ocupação e, antes mesmo de receberem o título definitivo, retalhavam-na e vendiam-nas em lotes coloniais.”

Os grandes proprietários foram agentes modeladores do espaço colonial à medida que influenciaram e definiram quais áreas seriam ou não ocupadas por tal processo, mas mesmo tendo participado do processo, este não seguia/servia apenas as necessidades dos grandes pecuaristas, também tinha por objetivo diversificar sócio-politicamente a área dominada unilateralmente pelos latifundiários pecuaristas. (HAESBAERT, 1988, p.42)

A coexistência dos dois tipos de ocupação da terra (latifúndio pecuarista e minifúndio policultor), a partir de 1870, é clara, bem como a existência de um “novo” gênero de vida e forma de produção. Isso, porém, não significa que o espaço social da colônia tenha ocupado uma posição privilegiada frente à classe latifundiária pecuarista. A “multiplicidade sócio-econômica” do estado era buscada sem que a força do latifúndio pecuarista fosse abalada. (BERNARDES, 1963; HAESBAERT, 1988)

SANTOS (2002, p.136) coloca que “(...) cada momento histórico muda a divisão do trabalho. É uma lei geral. Em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença de restos do trabalho anterior. Isso distingue cada lugar dos demais, essa combinação de temporalidades diversas.”

O que ocorre no espaço Rio-grandense é a justaposição ou a coexistência de dois tipos de ocupação da terra e de formas de produção, onde o primeiro (latifúndio pecuarista) se mantém independente da expansão do segundo (pequena propriedade familiar).

Seguindo esta orientação, podemos afirmar que, devido aos tipos de ocupação e às formas de produção, o território Rio-grandense fraciona-se em duas regiões (norte/sul), que podem perfeitamente ser identificadas segundo a sua produção, tipos sociais, cultura, desenvolvimento econômico, etc.

Os diferentes tipos de ocupação criam uma identidade com uma forma produtiva em particular, que com o decorrer do tempo, no espaço Rio-grandense, trouxeram um maior ou menor dinamismo às áreas em que se instalaram.

2.1. AS FEIÇÕES DO TERRITÓRIO RIO-GRANDENSE ATRAVÉS DAS FORMAS DE PRODUÇÃO

Analisar o território através de suas formas de produção é relevante à medida que acreditamos que estas estruturam e são estruturadas pelo território onde se fixam, fazendo assim com que a dinâmica econômica, social e política gravitem em torno das formas ou atividades exercidas.

As formas de produção segundo MEDEIROS (1988, p.20)

“ ... encontram-se em uma escala muito mais reduzida que aquela dos Modos-de-Produção, portanto, estas formas de organização não podem ser designadas pelo mesmo conceito de M de P. Assim, quando se considera uma fazenda capitalista, não está se considerando todo o capitalismo, mas apenas uma parte dele. (...) Esta fazenda, então, não é um Modo-de-Produção, mas apenas uma **Forma de Produção**. [grifo do autor]”

As formas de produção podem modernizar, fracionar, concentrar, estagnar ou dinamizar o território, porém sempre levando em consideração o tempo histórico que está sendo analisado, ou seja, a forma de produção de hoje que é sinônimo de dinamismo em um determinado território pode amanhã ser um fator de estagnação para o mesmo.

MEDEIROS (1988, p.31) faz uma regionalização do Estado segundo suas formas de produção, onde cada uma delas tem o seu histórico descrito e analisado. Assim, consegue aliar produção, condicionantes naturais, tipos sociais e formas históricas de ocupação do espaço.

Segundo MEDEIROS (1988) as formas de produção podem ser as seguintes:

“a) Fazenda tradicional: ligada ao grande domínio (desenvolvida na área de campo do Estado) dedicada à pecuária extensiva.”

A fazenda tradicional forma-se a partir da doação de sesmarias com a finalidade, em um primeiro momento, de ocupar o território, tendo como uma de suas principais características a grande extensão de terras e a criação de gado.

Esta forma produtiva foi a primeira a ser instalada no estado e, devido às suas características, BROSE (2000, p.22) coloca que foi a geradora da “(...) pobreza estrutural pela restrição de acesso a terra para a maioria da população que vaga pelos pampas à busca de uma ocupação”. O autor ainda coloca que “(...) este processo de ocupação foi completado a partir dos meados do século XX com a introdução do arroz irrigado nestas grandes propriedades.”

“b) Fazenda modernizada: resultante da transformação da fazenda tradicional diante das forças do capitalismo, dedicada a produtos dinâmicos (soja, trigo e arroz em conjunto com o gado)”

Fazenda tradicional onde a dinâmica do capitalismo faz com que ocorra uma reorganização produtiva, cuja tecnologia e mão-de-obra especializada são utilizadas com o intuito de manter e elevar o rendimento do capital empregado.

A produção, via fazenda modernizada no Rio Grande do Sul, já na metade do século passado, configurava-se como sendo uma das mais modernizadas do país. A cultura do arroz impulsionada pela utilização intensiva de maquinário e produtos químicos, conjuntamente com o incentivo governamental dado à cultura do trigo, dinamiza o processo de mecanização/quimificação e ampliação da gestão empresarial na agricultura gaúcha. (BROSE, 2000)

“c) Pequena Produção Funcional: ligada à fazenda tradicional através do fornecimento de mão-de-obra, geralmente semi-proletário e que produz alimentos para o auto-consumo, principalmente.

d) Pequena Produção Tradicional Colonial: ligada ao pequeno domínio e desenvolvendo uma agricultura de subsistência mas não ligada funcionalmente ao grande domínio.

e) Sítio Modernizado: gerado no pequeno domínio e dedicado a uma agricultura moderna, não mais de subsistência.”

Ambas formas de produção – tradicional colonial e sítio modernizado – estão ligadas à colonização alemã e italiana, realizadas nas áreas de mata não utilizadas pela pecuária; têm como características a pequena propriedade e a mão-de-obra familiar, sendo que nos sítios modernizados, assim como nas fazendas modernizadas, ocorre a reorganização produtiva com o intuito de reduzir gastos e elevar os rendimentos. Nas áreas de maior mecanização, a queda nos postos de trabalho foi acentuada, bem como a contratação de trabalhadores em período parcial sem a assistência social necessária. Também ocorreu a concentração de terras nestes domínios, assim a auto-exploração e a migração da força de trabalho jovem para o suprimento de vagas no setor industrial nascente na área rural (coureiro-calçadista). Este último instalava-se nestes locais em busca de mão-de-obra, por serem os jovens mais propensos a longas jornadas de trabalho e avessos à atuação em sindicatos. (BROSE, 2000)

As formas de produção criam uma “expressão territorial do interesse econômico”, fazendo com que uma fração do território voltada a uma determinada forma de produção venha a se opor às demais formas que não lhe são interdependentes. (HEIDRICH, 2000)

HEIDRICH (2000, p.99) coloca que isso ocorre por três razões:

“... primeiro, porque a elite dirigente tende a organizar-se em defesa do desenvolvimento da atividade principal e, ao agregar o interesse das demais classes, amplia-o como um argumento de defesa vinculado ao território; em segundo lugar, a ação do Estado no atendimento das necessidades de um determinado setor produz efeito direto sobre aquele território; por fim, a população abarcada tende a ver a reivindicação como condição necessária para si, à medida que a mesma representaria uma melhoria para o ‘seu’ território.”

O autor ainda deduz a existência de três núcleos distintos de interesse econômico no estado:

“... um deles consiste no interesse de preservação e desenvolvimento do espaço econômico da estância pastoril; um segundo gravita em torno do conjunto econômico relacionado à agricultura, de grãos como centro do sistema, e de seu aparato industrial e de comercialização; e um terceiro aglutina os interesses centrados no desenvolvimento de uma indústria dinâmica de característica diversificada.” (Id., p. 99)

Os núcleos de interesses econômicos no Rio Grande do Sul gravitam, em sua maioria tendo por base a agropecuária de preferência voltada ao mercado e ligada aos grandes domínios.

2.2. DINÂMICA DO TERRITÓRIO SEGUNDO AS FORMAS DE PRODUÇÃO

Segundo as formas de produção, podemos identificar no espaço Rio-grandense uma dinâmica diferenciada de desenvolvimento territorial, ligada principalmente às atividades econômicas principais que são desenvolvidas.

Desse modo, a dinâmica de desenvolvimento e a organização territorial acompanham (até certo ponto) a dinâmica das formas de produção. Mesmo não sendo as únicas responsáveis pelo ordenamento sócio-territorial, podemos afirmar que estas contribuem muito para a estruturação do mesmo.

Assim, consideramos que o espaço Rio-grandense é apropriado e desenvolve-se segundo orientações político-econômicas que, conseqüentemente ao longo do tempo, irão empregar ao mesmo uma divisão que irá marcar profundamente o território no que se refere a sua dinâmica de desenvolvimento.

As relações de subordinação econômica e política no território Rio-grandense alteram-se, fazendo assim com que as formas de produção ligadas à pecuária tradicional fossem, gradativamente, perdendo a sua importância no cenário econômico. Mesmo com a importância declinante no cenário regional, as formas de produção ligadas à pecuária extensiva deixam marcas no território que perduram até os dias atuais, ou seja, são expressões de tempos passados marcados no tempo presente. Dessa forma, os seus representantes ainda mantêm uma posição de destaque dentro da política regional, esta por sua vez é reforçada pelas políticas públicas e de desenvolvimento levadas a efeito pelo governo federal, tanto para o setor agropecuário como para o espaço urbano.

A sócio-economia do Rio Grande do Sul fica assim organizada: de um lado, predomina o latifúndio pecuarista, com um caráter altamente concentrador, com uma economia centrada principalmente no setor agropecuário, onde as lavouras (principalmente de arroz) apresentam altos índices de mecanização, produção e produtividade (mesmo que em geral apresentem índices menores que as demais regiões) justificando assim a sua existência. A “especialização” na pecuária extensiva e no arroz faz com que a dinâmica produtiva da metade sul fique extremamente vulnerável a abalos sofridos nestes setores econômicos, além de o setor produtivo ser monopolizado por um pequeno grupo de atores.

De outro lado, a região de colonização alemã e italiana (metade norte), que é predominantemente ocupada pela pequena propriedade familiar, tem um desenvolvimento diferenciado da metade sul. Nesta, o grande número de pequenas propriedades faz com que os investimentos sejam diversificados. Por este motivo, a região fica menos vulnerável a abalos econômicos, além disto o caráter de diversificação da pequena propriedade empregada ao restante do setor econômico faz com que esta se mantenha estável frente às crises no setor agropecuário.

Não podemos fracionar o estado em dois e apontar uma destas frações como a responsável pelos problemas que aqui ocorrem. A dinâmica de territorialização do capital, independente do lugar que se instala, também produz uma fração de excluídos. O que ocorre é que mesmo na análise quanto às condições desses excluídos, podemos encontrar diferenças, o que pode ser visto através da análise de Brose, dos dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE) 1995, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA) 1995 e da Secretaria de coordenação e planejamento SCP/FEE/Metroplan (1997), que afirma:

“... existem basicamente dois tipos de pobreza rural no RS. Uma delas, a mais severa, está relacionada com a concentração fundiária e as formas de ocupação em que predomina o assalariamento, localizando-se principalmente na metade sul. A outra refere-se a uma situação de pobreza menos intensa, porém com índice de concentração mais elevado que se encontra em áreas de agricultura familiar na metade norte do estado.”(p. 27)

A dinâmica histórica de ocupação do território Rio-grandense aliada à estratégia de desenvolvimento para o país na década de 50, em especial para o setor agropecuário após 1960, deixa claro que o aumento do número de excluídos do campo e da pobreza no estado era inevitável.

Alguns pontos referentes a estas políticas públicas serão esclarecidos a seguir e servirão de subsídio para a discussão sobre a forma de territorialização utilizada pelo MST na campanha gaúcha.

2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO

Podemos identificar a década de 50 como um marco inicial para o planejamento sistemático da economia brasileira. Tal planejamento tem orientações norte-americanas além das estratégias de desenvolvimento formuladas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), neste sentido “...postulava-se, aí, que a indústria deveria liderar o processo de desenvolvimento econômico e que à agricultura caberiam os papéis de ‘financiar’ o esforço de substituição de importações (fornecendo as receitas cambiais necessárias via exportação de produtos primários), promover matérias-primas para a indústria nacional nascente e alimentar a crescente população urbana do país”. Tais orientações colocavam o setor industrial como prioridade de investimentos e como fator de desenvolvimento da economia nacional. (SILVA, 1999, p. 87)

As transformações no foco de investimentos do governo brasileiro mostram mais fortemente os seus reflexos no setor agropecuário a partir do final da década de 60 e início da 70. Desse momento em diante, o setor não pode mais ser pensado de forma separada dos demais setores econômicos nacionais, precisa ser pensado a partir do domínio do “capital industrial e financeiro” e dentro de um processo global de acumulação.

O processo de acumulação que é empregado na economia e, por consequência, ao campo brasileiro segue o viés do investimento voltado à grande produção. No setor agropecuário, isto significa dar grande importância à produção de gêneros alimentícios que fossem significativos para a economia, tendo em vista que esse tipo de produção é a mais adequada à busca de lucros, por parte das empresas nacionais e multinacionais que dominam o setor.

São inúmeras as políticas públicas que se mostram excludentes, à medida que beneficiam diferentemente produtos e produtores. Dentre elas, podem ser destacadas:

Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, este sistema tinha por objetivo incentivar a utilização dos insumos modernos, além de aumentar a produção e a produtividade, tornando assim os produtos nacionais mais competitivos no mercado externo, além de fornecer, ao setor agrícola, melhores condições que no mercado financeiro, como facilidade de acesso ao crédito, taxas de juros favorecidas e prazos maiores. (MASSUQUETTI, agrobrasil.com.br/agroartigos/artigo3)

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), criada na década de 80, torna-se um dos principais instrumentos de política agrícola, atuando como uma garantia do nível dos preços recebidos pelos produtores e o crédito para comercialização dos produtos; as novas formas de financiamento como o sistema de equivalência em produto; as operações nos mercados futuros; o certificado de mercadoria; a cédula de produto rural; além da substituição das fontes provindas do Tesouro Nacional e dos bancos por fontes do setor privado e por iniciativas dos governos estaduais e municipais, criadas a partir da década de 90 (id).

Tais créditos oriundos destas políticas geralmente eram concedidos a culturas que detivessem um maior valor no mercado ou àquelas que utilizassem cargas significativas de insumos, provindas do setor industrial. (SZNRECSÁNY e RAMOS, 1994, p.70)

Uma noção de desenvolvimento agropecuário voltado à produção em grande escala e ao suprimento, em primeiro plano das necessidades do mercado, deixa grande parte dos produtores rurais fora do processo de modernização e da maioria das políticas públicas voltadas ao setor, os agricultores familiares são incorporados parcialmente ao processo de modernização, nestes casos o “rompimento com o passado” acarreta a dependência. Seguindo esta lógica, outras formas de produção no campo foram deixadas de lado e até abandonadas a própria sorte. Assim sendo, os pequenos proprietários rurais que têm na mão-de-obra familiar a sua força de trabalho se vêem cada vez mais pressionados a abandonar a atividade no campo.

O processo modernizante da economia nacional traz a reboque o campo brasileiro, para isso são feitos inúmeros esforços onde é buscada a metamorfose do crescimento em desenvolvimento. Tal fato fez com que debates referentes à questão agrária, ambiental e cultural, entre outros, fossem encarados diferentemente pelos diversos grupos/intelectuais que pensavam/organizavam o campo brasileiro. A questão agrária poderia, então, ser tratada tanto na esfera ético-social como puramente ligada à questão econômica, que por sua vez priorizava a questão funcional de oferta agrícola. (DELGADO, mimeo, sd.)

A via integradora, que se caracteriza pela mudança na base técnica produtiva utilizada pela agricultura (e desenvolve-se de 1965 até o início da década de 80), é tomada como sendo o período de desenvolvimento no qual se consolida a utilização de insumos industriais voltados à agricultura bem como os maquinários que dariam todo um suporte ao trabalho no campo.

Crescimento/desenvolvimento entram na pauta de discussão das diferentes sociedades pós-Segunda Guerra, o Brasil por sua vez não foge à regra do cenário internacional.

Segundo NAVARRO (2001, p.2):

“... neste mesmo período, após lenta acumulação de inovações anteriores, constitui-se uma nova e acabada ‘compreensão de agricultura’ que gradualmente tornou-se hegemônica em todo o mundo, não apenas no plano científico, mas tornada concreta nos diferentes sistemas agrícolas dos países que a ela aderiram. Alicerçada no que foi genericamente intitulado de ‘revolução verde’, materializou-se de fato sobre um padrão tecnológico o qual, onde foi implantado de forma significativa, **rompeu radicalmente com o passado, pois integrou fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva**, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico, **quebrando com a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado** [grifo nosso].”

Seguindo esta lógica, o desenvolvimento do campo no Brasil se dá via consumo de elementos produzidos fora da propriedade. Dessa forma, a “(...) modernização da agricultura reflete-se, antes de mais nada, no crescimento do seu consumo intermediário, que indica a crescente dependência da agricultura de compras de ‘insumos’(de fora do setor ou mesmo intra-setorial) para a produção de suas mercadorias” . (SILVA, 1999, p. 92)

O processo modernizante, empregado ao campo brasileiro, previa o consumo de produtos vindos de fora da propriedade. Tais produtos (insumos, sementes selecionadas, tratores, implementos, etc.) eram considerados como imprescindíveis para a obtenção de taxas aceitáveis de produtividade e lucro. A modernização do campo pós-64, difundida pelo governo militar, selecionou, mesmo que muito sutilmente, produtos e produtores que melhor se adaptassem às necessidades do mercado, deixando então, fora da tão alardeada modernização, grande parte dos pequenos produtores familiares que produziam basicamente para a subsistência e venda de excedentes. As tecnologias empregadas à produção no campo são absorvidas, mesmo que parcialmente, por todos os “estratos” de produtores e utilizadas em todas as culturas³. Isto faz com que o programa de implementação de uma nova forma de produção tenha êxito, baseado em agroquímicos/tratores e implementos de grande porte e potência, em detrimento do abandono de técnicas tradicionais de produção, autogestão da propriedade e de saberes tradicionais.

³ Salientamos que à aplicação de agrotóxicos, sementes selecionadas tiveram maior difusão junto aos pequenos produtores em comparação à utilização de maquinário.

A modernização do campo e a sua inserção em uma lógica competitiva facilitam a entrada em uma racionalidade que reorganiza territórios aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo relações interpessoais. (SANTOS, 2002)

Esta agricultura, voltada ao intercâmbio, impõe novos ritmos, novas metas e novas relações, ou seja, uma nova racionalidade, que através da técnica transforma, moderniza, melhora, cria, padroniza, com o intuito de alcançar o mercado regularmente em um menor tempo e a um custo acessível.

Segundo SANTOS (1996, p.243)

“Neste mundo rural assim domesticado, implanta-se um império do tempo medido, em que novas regularidades são buscadas. Muitas delas só se tornam possíveis quando têm êxito à vontade de se subtrair às leis naturais. O respeito tradicional às condições naturais (solo, água, insolação, etc) cede lugar, em proporções diversas segundo os produtos e as regiões, a um novo calendário baseado na técnica e no conhecimento.”

O período do tempo medido “não suporta” atividades atrasadas, fora do “seu tempo”. Por estes motivos, vários produtores familiares, pequenos produtores, são alijados do processo produtivo, ou seja, suas formas de produzir não conseguem mais suprir as suas necessidades básicas. A partir de então, acontece a desterritorialização e ao mesmo tempo impele o produtor em busca de um novo lugar onde sua forma de produção, como já foi colocado anteriormente, mostre-se mais “eficiente.”

Os assentamentos da campanha buscam, num primeiro momento, a volta ao processo produtivo do qual foram excluídos. É numa segunda etapa que procuram uma nova forma de produzir, de organização no campo, de se relacionar com o ambiente, de resgatar conhecimentos esquecidos e de retomar, através da produção, da cultura e da organização político-econômico-social de seu território, uma autonomia que lhes foi “tirada” .

Assim sendo, podemos dizer que a história dos pequenos agricultores assentados na regional de Bagé é uma expressão do processo de territorialização do capital no campo no que diz respeito à desterritorialização dos pequenos produtores familiares e também do processo de reterritorialização, à medida que nesta mesma área se expressam diversas estratégias alternativas para a manutenção das famílias no campo, em busca de sua autonomia frente ao mercado.

III - OS ASSENTAMENTOS NA REGIÃO DA CAMPANHA GAÚCHA

Os assentamentos criados na região da Campanha Gaúcha, mais especificamente na regional de Bagé (Figura 3), no final da década de 1980 e início da década de 1990, diferenciam-se dos demais por possuírem uma dinâmica própria de implantação. Estes assentamentos foram criados pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul e não pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Este diferencial impõe uma série de dificuldades econômicas, estruturais, locacionais e políticas ao conjunto de assentamentos implantados na região.

O processo de reterritorialização na região é dificultado pelo trabalho político realizado pela União Democrática Ruralista (UDR), junto à população próxima aos assentamentos. Em decorrência dessa ação, a chegada dos assentados foi vista como uma ameaça à segurança pública, o que fez com que os latifundiários conseguissem o apoio popular para defender o latifúndio pecuarista e o seu curral eleitoral⁴.

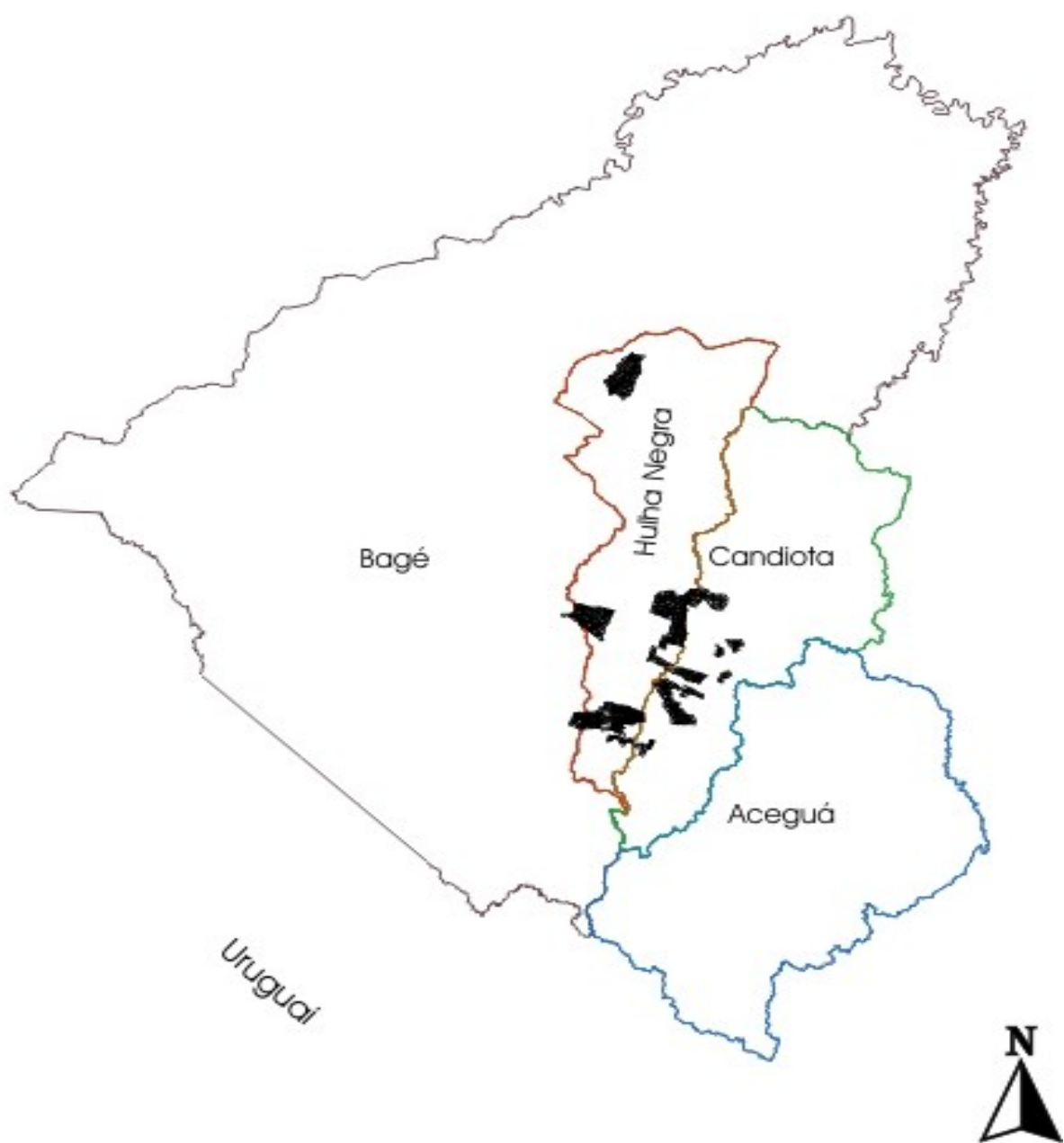
As atuações da UDR na região chegaram a extrapolar as fronteiras regionais quando, em nota vinculada na página 7, do jornal Correio do Povo, de 29 de janeiro de 1991, afirmavam que:

“Bagé corre perigo, acredita a UDR. A entidade vem vinculando alerta desde ontem nas emissoras de rádios locais, em vista da marcha dos sem-terra em direção à sede do município. Diz o comunicado que “a população deve ficar atenta para a possibilidade de violência por parte dos colonos, cujo passado mostra do que são capazes.”

A nota acusa ainda os colonos de“(…) espalharem o ‘terror’ no distrito Tupy Silveira, ao ‘cometerem crimes’ de furto, tortura, cárcere privado, abigeato e destruição de bens particulares”.

⁴ Lugar onde detém o maior número de votantes.

Figura 3 - REGIONAL DE BAGÉ COM ASSENTAMENTOS



Fonte: Gabinete da Reforma Agrária/ 2000

A UDR acusa “os pseudocolonos” de tentativas de extorsão e prática de tortura contra o produtor Deimar Silveira, que se negou a vender as terras para assentamento. Também pelas rádios, a UDR classifica os colonos de “marginais”.

Tal comunicado causou revolta entre os acampados. Um dos líderes, Ênio Bonemberger, argumentou que a nota não merecia comentários, “(...) é mais uma baixaria da UDR(...).”

O processo de reterritorialização em um espaço estranho ao indivíduo, por si só já é carregado de uma série de dificuldades tanto econômicas, quanto pessoais e emocionais. Este processo é marcado por ser uma etapa muito penosa na vida do agricultor sem terra, pois esse agricultor, além de ter sido expropriado não só de seus bens materiais, como de sua identidade construída a partir do trabalho com a terra, que na maioria dos casos era a única por eles conhecida, necessita se readaptar a um novo espaço. Nesse momento, sua identidade territorial sofre um grande impacto, chegando em certos casos a ocasionar o abandono da luta e a volta ao “seu lugar de origem”. Por este motivo, o conflito de forças com a UDR nos primeiros momentos de “vida” dos assentamentos na região da campanha é um fator que também contribui para o agravamento das dificuldades impostas aos agricultores assentados.

Os agricultores assentados na região passaram por dificuldades que foram transformadas em motivo de lutas e de reivindicações. Algumas destas dificuldades são aqui expostas com o intuito de demonstrar o caminho percorrido pelos agricultores na busca de sua reterritorialização.

Entre os fatores que contribuíram para o “atraso” no desenvolvimento dos assentamentos na região, podemos colocar a falta de apoio por parte do governo Estadual e Federal neste período. A não liberação de verbas, por parte do governo do Estado do Rio Grande do Sul, para o fomento alimentação, auxílio moradia e recursos de obras públicas, fez com que os agricultores assentados ficassem em uma situação de extrema dificuldade para garantir a sua sobrevivência imediata.

As estradas que ligam os assentamentos às sedes dos municípios eram utilizadas, anteriormente, apenas para o deslocamento interno do gado nas fazendas. Com o assentamento das famílias, tornou-se uma questão de extrema importância a implantação de um sistema viário eficaz para o escoamento da produção e para o transporte.

As más condições das estradas fizeram com que o MST, no ano de 1993, juntamente com os agricultores assentados, ocupasse o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) de Bagé durante dois dias. Logo após, houve manifestações em frente ao Centro Administrativo de Bagé que continuaram até a ocupação da BR 392, no trecho que liga Hulha Negra a Pelotas, por parte dos agricultores assentados.

As manifestações não trouxeram benefícios imediatos, mas dentro das negociações que se seguiram os agricultores conseguiram uma quantia de R\$ 100.000,00 do INCRA para obras na estrada de acesso entre os assentamentos e Hulha Negra. Em 1997, foram destinados mais R\$ 300.000,00 para a manutenção da estrada. É importante salientar que as reivindicações por obras nos assentamentos de Hulha Negra se tornam bandeiras de lutas na região.

Outra dificuldade, na obtenção de recursos para a manutenção dos assentamentos nos primeiros períodos, vem do fato de terem sido assentamentos organizados pelo Estado do Rio Grande do Sul e não pelo INCRA. Esta característica impedia a liberação de verbas por parte do governo Federal, que alegava que a responsabilidade era do governo do Estado do Rio Grande do Sul. Por sua vez, o governo do Estado alegava que já havia comprado o terreno para a implantação dos assentamentos e que a responsabilidade pela liberação de verbas era do INCRA. Neste verdadeiro jogo de “empurra”, o pequeno agricultor é que foi lesado.⁵

Os auxílios liberados pelo governo federal para os assentados nos primeiros momentos de sua chegada às terras são de grande importância, pois eles estão vindo de um longo período de acampamento, no qual de um modo penoso, participaram das reivindicações pela reforma agrária.

No período de acampamento, a maioria das famílias emprega os seus esforços e recursos com a finalidade de sobreviverem para lá permanecerem até serem assentados. Por essa razão, as linhas de crédito que são liberadas pelos órgãos responsáveis tornam-se para muitos a única forma de iniciar a produção no lote conquistado. Em muitos casos, essas linhas de crédito liberadas são a única fonte de renda das famílias.

⁵ Sobre as formas de auxílio que são liberados aos assentados do governo do Estado, consultar SOSA JR, Denir de Oliveira. **Assentamentos na Campanha Gaúcha - Um Estudo de caso no Município de Hulha Negra - RS.** Rio Grande. Trabalho de Graduação (Curso de Geografia-Bacharelado), Fundação Universidade do Rio Grande, 1997.

O impasse criado entre o governo Estadual e Federal ocasionou uma série de dificuldades aos assentamentos localizados na regional de Bagé. A não liberação das verbas destinadas à implantação dos assentamentos fez com que os agricultores assentados transformassem a questão da produção em um ponto de extrema importância, tanto no que se refere à sua reprodução imediata, como no que se refere à questão política. A sua viabilização econômica, sem o auxílio do governo, viria demonstrar a força do pequeno produtor frente às dificuldades que lhes são impostas.

Mesmo sem o auxílio dos órgãos competentes, os assentamentos de Hulha Negra começaram a produzir alimentos para a subsistência e para o comércio. Os pequenos produtores, em um período de tempo curto, demonstraram a sua importância para a região através do aumento da produção e da produtividade.

A implantação dos assentamentos na região trouxe consigo a instalação de novas estruturas tanto na área rural como urbana, acarretando assim um aquecimento na produção local, o que foi demonstrado através de um comparativo de ocupação da terra elaborado pela COCEARGS (Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul) no ano de 1997.

Comparativo da ocupação da terra		
Aspectos	Antes da desapropriação	Depois de constituído o assentamento
Habitantes		
Número de habitantes	4 funcionários	364
Habitações		
Casas para moradia	4	31
Caixa d'água	-	48
Fossas sépticas	1	13
Infra Estrutura Social		
Escola	-	2
Rede elétrica	6 Km	45 Km
Posto médico (atend. 2x por semana)	-	1
Farmácia veterinária	-	1
Mercado	-	1

continuação

Posto de revenda de gás combustível	-	1
Telefone	-	1
Infra Estrutura para Produção		
Armazém	-	1
Fábrica de ração	-	1
Silo, armazém e secagem	-	1
Unidade de beneficiamento de sementes	-	1
Balança industrial	-	1
Açudes	2	70
Bombas para irrigação	-	3
Trator	-	18
Colheitadeira	-	1
Caminhão	-	2
Pocilga de Alvenaria/Madeira	-	63
Estábulo de alvenaria/madeira	-	33
Galpão	-	35
Produção Animal		
Bovino leiteiro	-	637
Suínos	-	273
Bovino de corte	400	200
Aves	20	920
Apicultura (caixas)	20	920
Mel	-	5.500 Kg/ano
Leite	-	100.000 l/mês
Queijo	-	280 Kg mês
Produção Vegetal		
Reflorestamento	-	15 ha
Arroz	-	60 ha
Milho	-	31 ha
Melancia	-	6 ha
Melão	-	10 há
Moranga	-	8 ha
Abóbora	-	15 ha

continuação

Cebola	6 ha	15 ha
Alho	-	6 ha
Amendoim	-	3 ha
Pipoca	-	5 ha
Pepino	-	4 ha
Cana	-	3 ha
Aveia	-	2 ha
Cornichão	-	185 ha
Silagem	-	450 ton./ano
Cenoura	8 ha	4 ton.
Coentro	25 ha	7,5 ton.
Salsa	3 ha	600 Kg
Brócolis	1,5 ha	200 Kg
Milho variedade pampa	-	1.200 Kg/ano

Fonte. COCEARGS, 1997⁶

A implementação de novas estruturas, tanto na área rural como na urbana, deve muito ao processo reivindicatório e ao espírito cooperativista que vinha se desenvolvendo dentro dos assentamentos. O processo cooperativo sempre teve grande importância dentro dos assentamentos do MST, visto que o incentivo a diferentes formas de organização é colocado como uma das formas de viabilização e manutenção do pequeno produtor no campo.

O processo dentro dos assentamentos do MST passa por uma construção constante, ou seja, não busca uma forma de cooperação ideal, que possa ser tomada como exemplo em todos os lugares. Ao contrário, tem como meta buscar a adaptação e/ou utilização de diferentes formas de cooperação entre os diversos integrantes do movimento nos espaços que ocupam. Ainda considera que cada grupo de agricultores tem uma história de vida diferenciada e que a homogeneização e a implementação de experiências rígidas de cooperação para diferentes regiões e diferentes grupos torna-se ineficaz e pode muitas vezes desestruturar o processo de reterritorialização dessas famílias.

⁶ Os dados apresentados referem-se ao assentamento Conquista da Fronteira, salientamos que os números apresentados na tabela devem ser considerados para fins de análise de comparação do que existia desde antes da desapropriação até o ano de 1997, porque de 1997 até o ano 2002, ocorreram diversos assentamentos que não têm a sua produção aqui representada. Além disso algumas linhas de produção dentro dos assentamentos vêm sofrendo modificações.

Através desses pressupostos – que foram montados após algumas experiências mal sucedidas – o processo de cooperação nos assentamentos foi sendo desenvolvido conforme as necessidades e a velocidade que cada grupo de agricultores considerava ideal. Dessa forma, a implementação das cooperativas foi feita após o grupo ter passado por um período de discussão, o que variava conforme as necessidades de esclarecimento de cada um.

O pressuposto que se mantém a todos os assentamentos, independente de suas especificidades, é que somente através da cooperação será possível o desenvolvimento do pequeno agricultor, porque o processo cooperativo permite o acesso a novas tecnologias, melhorias na infra-estrutura dos assentamentos, acesso a créditos governamentais e não governamentais, enfim um sem número de facilidades que seriam negadas a agricultores individuais. (STÉDILE, 1999)

Os assentamentos estudados apresentam três momentos importantes dentro do processo cooperativo da região. Estes momentos estão ligados à fundação da COPTIL (Cooperativa de Produção Trabalho e Integração LTDA) em 1990; a COPAUL (Cooperativa de Produção Agropecuária Libertadora) fundada em 1991 e a fundação da COOPERAL (Cooperativa Regional dos Assentados) em 1992. (SOSA JR, 1997)

A cooperação agrícola inicia-se com a fundação da COPTIL no assentamento Conquista da Fronteira. Nesse momento, os assentados decidiram montar uma Cooperativa de Produção Agrícola, organizada em um quadro que era formado por 41 famílias. Os assentados começaram a trabalhar a terra de forma coletiva, sendo todos os instrumentos de produção utilizados pela coletividade.

Os trabalhos, nesse primeiro momento, eram definidos por setores. Entre eles, estavam: administração, transporte, horta, gado leiteiro, sementes, frangos, máquinas, creche e refeitório. Tal estrutura manteve-se até o ano de 1994, quando limitações referentes a diferenças culturais da região de origem dos assentados, deficiências estruturais, distância do comércio local e péssimo estado de conservação da estrada de acesso ao mercado consumidor, associado à ociosidade temporária de mão-de-obra, geraram um custo alto à cooperativa com um retorno muito baixo.

Em 1994, o quadro social da cooperativa é reduzido ao número de 29 famílias associadas; sua forma organizacional é alterada, deixando de ser uma cooperativa de produção coletiva para tornar-se uma cooperativa de prestação de serviços e comercialização.

A nova organização operacional da cooperativa mostrou-se mais eficiente à medida que começou a prestar serviços aos produtores que não faziam parte de seus quadros, conseguindo, assim, investir em novos maquinários e reinvestir o restante na própria cooperativa.

No ano de 2000, a COPTIL contava com ensiladeira, colheitadeira, tratores de grande porte e equipamentos para a produção de sementes de olerícolas, para a prestação de serviços junto à produção dos assentados. Além desses materiais, a cooperativa é atualmente proprietária de um mercado em Hulha Negra e duas casas residenciais, onde moram os funcionários do mercado. Estes funcionários são produtores que foram deslocados de suas atividades no campo para gerenciarem as estruturas que foram montadas. A cooperativa ainda é proprietária de um caminhão que serve ao mercado e presta serviços no período de safra de arroz. Juntamente com a COOPERAL, a COPTIL é sócia em um frigorífico para o abate de suínos e bovinos, montado na cidade de Hulha Negra.

As famílias de assentados que não participavam da COPTIL começaram a se organizar em grupos informais e associações com a finalidade de aumentar a produção através da compra de máquinas e implementos agrícolas. Com esta proposta, foram organizadas 23 associações, que a partir de reuniões e de conversas com suas principais lideranças, se organizaram em uma grande associação. Foi fundada a Cooperativa Agrícola Libertadora (COPAUL) em 1991, após a união das associações existentes. Esta grande associação foi organizada com o objetivo de congregar todos os grupos existentes nos assentamentos da região e tinha os seus quadros formados por diversas associações e assentamentos.

A COPAUL organizou as suas atividades em setores que seguiam as mesmas linhas da COPTIL. Entretanto, devido a problemas referentes a frustrações nas safras, gastos excessivos com a manutenção das famílias e fragilidade no processo gerencial administrativo, a COPAUL teve um curto período de existência, sofrendo em 1993 um processo de esfacelamento irreversível. Em um período posterior, o quadro restante da cooperativa decidiu diluí-la entregando o seu patrimônio para saldar as dívidas existentes.

Após a criação das duas CPAs, mesmo passando por diversas dificuldades, ocorre dentro dos assentamentos, uma divisão entre famílias organizadas em cooperativas e famílias que optaram por trabalhar de forma individual.

Esta divisão fez com que os trabalhadores não cooperativados tivessem problemas para acessar as linhas de créditos que eram liberadas. A principal razão era que, enquanto a cooperativa mantinha pessoas liberadas da produção que podiam acompanhar os trâmites necessários à liberação de verbas e projetos referentes à produção, os trabalhadores individuais não tinham o conhecimento necessário nem tempo suficiente para tal atividade. Com a necessidade de acesso a crédito por parte dos assentados, independentemente de sua associação em grupos ou associações de trabalho, começou a ser pensada uma forma de congregar os produtores.

Seguindo tais orientações foi que, em julho de 1992, constituiu-se a COOPERAL, que possuía um quadro que congregava aproximadamente 450 famílias pertencentes a todos os assentamentos. Dessa forma, todas as famílias poderiam encaminhar projetos para a obtenção de recursos destinados à produção.

A COOPERAL organizou as suas linhas de atuação em 1993, quando através de negociações feitas com o governo federal, foram liberados recursos para a construção de um silo-secador, o qual proporcionou a cooperativa pudesse secar e armazenar os grãos produzidos por seus associados. As linhas de atuação da cooperativa também previam a construção de uma rota de transporte de leite e a organização do setor técnico, dando ênfase à produção de sementes de olerícolas.

Uma grande crise econômica fez com que, em 1994, a direção da COOPERAL fizesse uma análise do custo para a manutenção das linhas de atuação que haviam sido definidas. Esta análise nos gastos efetuados fez a cooperativa contratar recursos vindos do governo Federal, em 1995, dando assim novo fôlego à produção dos assentamentos. Esta dificuldade fez com que as atividades produtivas fossem organizadas dentro das matrizes produtivas da região.

A COOPERAL inaugurou, em 1996, no assentamento Conquista da Fronteira, um novo mercado para suprir os assentados de alimentos, ferragens, produtos escolares, produtos veterinários e farmacêuticos, ou seja, normalmente aquilo que não é produzido nos assentamentos. As cooperativas, portanto, surgem nos assentamentos da região a partir da necessidade de organizar a produção e os trabalhadores para discutirem assuntos referentes à saúde, à educação e ao lazer, extrapolando assim as propostas puramente ligadas ao econômico.

Devido às características das formas de produção que vinham sendo desenvolvidas dentro dos assentamentos (mecanização/agroquímicos, integração), a questão técnica e a produção começam a ser discutidas, em virtude da necessidade de se repensar os motivos que haviam expulsado os produtores, ora assentados, de suas propriedades e por qual motivo estavam novamente reconfigurando o território ocupado.

A planificação das técnicas é vista por uma parcela dos assentados como uma forma de submissão do agricultor à agroindústria. A discussão dos mesmos ainda passa pela análise de suas aspirações e de seus desejos, ou seja, muitos dos agricultores têm claro que os desejos de consumo para a produção e para a sua vida diária são pensados sem levar em consideração a sua realidade e, também, que a planificação das técnicas ao nível mundial introduz nas sociedades necessidades estranhas aos grupos locais. Agora, diferentemente de períodos anteriores, os desejos e aspirações seguem racionalidades exteriores que necessitam de uma organização diferenciada e que nem sempre se encontra em consonância com o lugar aonde serão implantadas.

SANTOS (1994, p.18) já colocava que:

“No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos. A cada constelação de recursos, correspondia um modelo particular. Pouco a pouco, esse esquema foi se desfazendo: as necessidades de comércio entre coletividades introduziam nexos novos e também desejos e necessidades e a organização da sociedade e do espaço tinha de se fazer segundo parâmetros estranhos às necessidades íntimas do grupo.

Essa evolução culmina na fase atual onde a economia se tornou mundializada, e todas as sociedades terminaram por adotar, de forma mais ou menos total, de maneira mais ou menos explícita, um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos.”

A planificação pressupõe uma nova racionalidade em nível de produção. Esta racionalidade tende a servir com maior eficiência os capitais internacionalmente estabelecidos. Estes, instalados em um determinado lugar, tendem a criar estruturas, com a função de otimizar o retorno de seus investimentos.

Os capitais mundiais, então, tendem a introduzir novas técnicas e racionalidades que consideram imprescindíveis para o seu desenvolvimento. Tal fato pode ser notado quando uma determinada área é escolhida para acolher uma monocultura de importância comercial. A área escolhida recebe de imediato uma gama de tecnologias que normalmente supera a sua

capacidade de absorção, ou seja, estas culturas necessitam do emprego de maquinário pesado, utilização de sementes selecionadas, fungicidas, pesticidas e ainda uma enorme supervisão técnica que, em muitos casos, é exterior ao lugar onde está ocorrendo a atividade produtiva. É nesta condição que a questão ligada à degradação do meio ambiente é deixada em segundo plano.

Conseqüência direta desta nova situação é a socialização das perdas e a individualização dos lucros. Isso ocorre porque a exterioridade das técnicas, da racionalidade e dos atores hegemônicos capitalistas não os compromete com a preservação do ambiente onde a atividade produtiva está sendo exercida. O seu comprometimento está ligado ao retorno otimizado do capital empregado e não à preservação do ambiente local.

Sobre a razão técnica e a sua atuação frente à natureza, GONÇALVES (1993, p.118) coloca que “a razão técnica’ está preocupada com o **agir-com-vistas-a-um-fim-imediato**. Está ligada à intervenção do homem na natureza, aos processos de trabalho. “(...) No entanto, como vivemos numa sociedade marcada pelo produtivismo, a ‘razão técnica’ tornou-se a **‘única razão’**.” [grifo do autor]

No espaço urbano, assim como no espaço agrário, a planificação das técnicas e da racionalidade produtiva segue uma lógica semelhante, sendo que no espaço urbano a sua implementação encontra algumas dificuldades.

Diferentemente do espaço agrário que raramente impõe dificuldades à implementação de uma nova cultura e conseqüentemente de uma nova organização, o espaço urbano faz oposição à medida que impõe restrições a uma homogeneização total do lugar aonde a nova atividade virá a se instalar. Isto ocorre, pois o urbano mantém fixos e fluxos de outras atividades e de outros tempos que nem sempre podem ser destruídos e remontados. Por vezes, o capital hegemônico mundial molda-se ao urbano e utiliza fixos e fluxos já existentes para exercer a suas atividades produtivas. Um exemplo seria a utilização de um prédio histórico no centro de uma capital qualquer para a instalação da matriz de uma empresa que negocia com alta tecnologia. Tanto no espaço urbano como no agrário, a natureza ocupa um lugar secundário nas preocupações dos atores hegemônicos. A obtenção de lucro imediato está sempre em primeiro lugar, relegando a um plano inferior a “natureza dos lugares”.

Questões referentes ao ambiente/natureza só são pensadas em primeiro plano quando a sua degradação chega a níveis críticos (grandes desastres), e principalmente quando a

degradação influencia em outras atividades produtivas, neste momento ocorre uma união com um objetivo comum – restaurar o lucro que está prejudicado – que muitas vezes necessita da preservação da natureza.

O ponto em que convergem as explicações da planificação das técnicas, tanto no campo como no urbano, é em relação à natureza ocupar um lugar secundário dentro do cenário produtivo. A percepção da degradação só se esboça quando, de alguma forma, afeta o lucro do capital empregado; quando isto não ocorre, a degradação é consentida e controlada através de órgãos ambientais sucateados e com aplicação de multas irrisórias que, em inúmeros casos, são contestadas na justiça e não raro são suspensas.

O emprego de técnicas, no espaço agrário brasileiro, foi sentido mais profundamente quando foi aqui empregada, a partir da década de 1960, a chamada Revolução Verde, que tinha como princípios a utilização de sementes selecionadas e de novas técnicas de utilização da terra.

É neste cenário de avanço de técnicas e racionalidades “exteriores” ao homem do campo que, por muitas vezes, é inviabilizada a reprodução dos pequenos proprietários. Esta realidade também se aplica aos assentados que estão situados na regional de Bagé, onde se tem como base a pequena propriedade e o trabalho familiar.

Segundo o Plano Preliminar de Desenvolvimento, realizado pelos técnicos do Projeto Lumiar, da Regional de Bagé, no ano de 1997, nos assentamentos pesquisados podemos vislumbrar quatro sistemas de produção estabelecidos, seriam eles:

“ - **Sistema de produção para Subsistência:** as propriedades dos assentamentos caracterizam-se pela produção de subsistência, onde se destacam as atividades: bovino de leite, suinocultura, avicultura, apicultura e início da apicultura. As hortas caseiras, o cultivo da mandioca, batata doce, feijão e frutíferas também são verificados. Os produtos de origem animal produzidos para a subsistência têm sua base de produção no cultivo do milho, que é transformado em ovos, leite, banha, carne e outros;

- **Sistema de produção de Leite:** a produção de leite sempre foi apontada como uma das atividades com maior potencial de trabalho nos assentamentos. Atualmente se verifica que praticamente a totalidade dos assentamentos possui animais com aptidão leiteira, sendo que a produção é destinada para a subsistência, e um número significativo de produtores comercializa este produto principalmente in natura em alguns casos, na forma de queijos.

- **Sistema de produção de Milho:** o cultivo do milho acompanha os produtores historicamente, e mostra que faz parte da cultura dos assentados. A origem da quase totalidade dos assentados da região é a região noroeste do Rio Grande do Sul, que se caracteriza pela intensa produção de grãos, como milho, soja e trigo principalmente.

Ao serem assentados aqui na região, os agricultores iniciaram a produção, baseados nos conhecimentos que traziam de origem, sendo que o cultivo do milho foi o carro chefe da produção nos primeiros dois

anos. Neste período, a alta fertilidade do solo associada a chuvas regulares, permitiu que os agricultores tivessem safras regulares. Porém, logo começaram a florir as grandes dificuldades de se produzir grãos, como o estreito período de preparo do solo, as freqüentes estiagens que assolam a região, a aceleração dos processos erosivos dos solos, a inexistência que indiquem sementes apropriadas para a região, a dificuldade de comercialização (muito milho foi perdido por não ter comércio ou forma de armazenar), e em fim, o baixo valor do produto.

[...] Com o acesso ao crédito, os produtores passam a cultivar o milho com maior dependência de aquisição de insumos como sementes híbridas, adubos químicos e uréia.

Isto além de aumentar consideravelmente o custo de produção, torna extremamente vulnerável a produtividade, sendo que poucos agricultores mantiveram o hábito de produzir e selecionar as suas sementes.

- Sistema de produção de Sementes de Olerícolas: a produção de sementes de olerícolas, a partir do ano de 1992, incorporou-se nos assentamentos, tendo forte repercussão econômica nos primeiros anos. Inicialmente a COOPERAL coordenou os contratos entre os assentados e as empresas produtoras, tendo se responsabilizado pelo auxílio e assistência técnica e a organização dos produtores. Isto foi necessário, em razão de que as empresas alegavam dificuldades de integrarem os assentados devido à dificuldade com as estradas. Para estas atividades, a cooperativa cobrava dos associados a taxa de 2% sobre a produção, que era para manter a assistência técnica e apoio administrativo. Inicialmente era a cooperativa quem definia, junto com os núcleos, a relação de produtores.

Após o primeiro ano, os associados resolveram tratar diretamente com as empresas, sem a interferência da cooperativa nas negociações, inclusive negando o pagamento dos 2% sobre a produção. A partir desse momento, a forma de condução do trabalho das empresas direto com os colonos gerou um processo de competitividade entre os assentados e, obviamente, a exclusão de alguns.”

O desligamento da cooperativa deixou os assentados em uma situação delicada, já que, a partir deste momento, os negócios passaram a ser regidos segundo as leis do mercado, neste caso os preços, os prazos, o rendimento, o beneficiamento e a comercialização ficavam por conta das empresas. Além disso, as questões jurídicas eram resolvidas em comarcas de São Paulo, deixando em uma posição desfavorável o agricultor que pretendesse executar alguma ação contra as empresas.

Além dos problemas jurídicos encontrados pelos técnicos do Projeto Lumiar, foram constatados também problemas na utilização do aparato tecnológico que era empregado pelas empresas. Os problemas referiam-se ao uso inadequado de agrotóxicos, sendo constatado que alguns produtos eram utilizados sem necessidade. Este processo de “integração” do agricultor com a indústria fez com que a utilização de insumos aumentasse seriamente, gerando assim um aumento no custo de produção, a diminuição na produtividade, a contaminação ambiental e problemas de saúde freqüente.

Por tal motivo, os técnicos do projeto Lumiar, juntamente com a direção da cooperativa, começaram a desenvolver dentro dos assentamentos uma proposta de produção sem veneno, ou seja, agroecológica.

Esta proposta trazendo modificações na forma de produzir nos assentamentos foi então colocada, pois a perpetuação de uma forma de produzir que atrelava o pequeno proprietário às grandes empresas produtoras de maquinário e de agrotóxicos contraria a proposta formulada pelo MST para a pequena propriedade, cuja função seria de:

- Desenvolver tecnologia adequada à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável;
- Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos. (A vida no assentamento, 1997, p.6)

Partindo desses pressupostos, em 1997, a COOPERAL priorizou nos assentamentos formas de produção sustentável, tendo como carro chefe na região a produção das sementes agroecológicas BIONATUR.

A produção desse tipo de sementes traz consigo uma nova racionalidade contrariando assim as grandes empresas que monopolizam o mercado desse produto, isto porque preconiza a não utilização de insumos que possam ser agressivos ao ser humano e ao meio ambiente, e também porque buscam a autonomia do produtor frente à agroindústria.

Esta modificação na forma de produzir proporcionou a introdução do conceito de agroecologia em todas as áreas da produção, apesar deste tipo de produção ter provocado, no seu primeiro ano de implantação, um certo receio devido ao fato de ir contra as formas de produzir já cristalizadas no cotidiano dos produtores.

A aceitação desta nova forma de produzir no campo foi dando espaço para a introdução de várias outras técnicas que vêm a somar esforços para a introdução cada vez mais abrangente do conceito de agroecologia, de desenvolvimento sustentável e de cooperação nos assentamentos.

Isso pode ser vislumbrado no depoimento dado por Leandro Konzem⁷, que é técnico agrícola e um dos responsáveis pela manutenção das lavouras de sementes agroecológicas nos assentamentos, quando coloca que:

“Quando eles aceitaram a tecnologia, esta forma de produzir que eles não conheciam, que era novidade depois foi tudo uma seqüência que aí foi desencadeando outros processos como agora estamos conseguindo não só não aplicar o fungicida ou inseticida enfim, e sim fazer um

⁷ Depoimento prestado no ano de 2000 no acampamento do Quebracho junto à estrada que liga Hulha Negra a Bagé, Leandro Konzem hoje é assentado na região.

fermentado que é um adubo que é o biofertilizante que a gente faz e faz também chás tipo assim do cinamomo para controlar o pulgão e etc, etc. Então se começou este trabalho no primeiro ano e agora estamos fazendo quebra vento, adubação verde e outras coisas mais que vêm na verdade a somar na questão da lavoura agroecológica...”

A produção de sementes agroecológicas nos últimos anos tem demonstrado resultados positivos para os agricultores à medida que o seu custo é inferior ao custo “programado” pelas grandes multinacionais, que também trabalham com este produto de forma tradicional. A relação entre custos feita em 1997 demonstrava que a produção de 1 ha de melão produzido de forma tradicional custava R\$ 800,00 enquanto que uma lavoura agroecológica tinha o custo de R\$ 400,00. Além disso, a produção de sementes agroecológicas tem um risco zero para a saúde do produtor, sendo este fator um grande atrativo à incorporação desta nova técnica produtiva no universo da pequena propriedade.

Este projeto iniciado em 1997, coordenado por João Rockett, abrangia um universo de 12 famílias assentadas; três anos depois, já contava com 55 famílias trabalhando de forma individual e algumas outras trabalhando de forma coletiva na produção de sementes. O processo de produção coletiva vem reforçar o caráter cooperativo que existe nos assentamentos, já que conforme Leandro Konzem “nós queremos é dividir o pão, as empresas capitalistas querem o lucro (...) nós não nos queremos é dividir o pão.”

Fora o projeto de sementes agroecológicas, que é uma experiência única na América Latina, ainda se tem experiências ligadas à área de permacultura, que trabalha com soluções auto sustentáveis e modelos de ecovilas. Este projeto é importante para o MST, à medida que se pretende caminhar em direção a uma proposta de assentamentos onde as soluções empregadas para resolver os problemas da propriedade sigam linhas ecológicas.

Ainda seguindo esta linha voltada à ecologia, está o tratamento veterinário que tenta implementar uma nova racionalidade no tratamento com os animais. Isso ocorre, pois dentro de uma proposta agroecológica é necessário que todo o tipo de produção desenvolvida dentro da propriedade tenha como direcionamento a melhora das condições de vida do agricultor, a diminuição dos custos operacionais e uma significativa consideração ao ambiente.

Segundo o veterinário Luiz Carlos Alves, responsável pelos assentamentos de Hulha Negra:

“No nosso trabalho diário, existe uma resistência muito grande do agricultor em trabalhar com plantas, o próprio sistema já condicionou ele a usar o medicamento, a gente trabalha muito a questão de dias de campo colocando a importância das plantas em função dos sintomas que aparecem mais na região, e esta questão da fitoterapia se encaixa na questão da agroecologia, na região no bloco da Hulha Negra já está bem difundida tem vários produtores que trabalham só com plantas, pra nós que somos técnicos é interessante porque nós não temos essa formação na universidade. Nós trabalhamos muito a questão do resgate popular (...) nós tentamos não só ver o animal como animal, mas sim ver o meio que rodeia o animal, ver o manejo e, em função disso, tudo tem a própria sociedade que através das políticas agrárias influenciam no desenvolvimento dos animais e dos homens, então o nosso trabalho hoje é trabalhar basicamente a questão de redução de custos para que o pessoal use as plantas que tem na própria propriedade, ter um leite mais saudável sem resíduos de antibiótico, e também difundir o saber popular, regatar a questão do sujeito saber que ele é importante que ele tem uma história que essa história toda pode ser utilizada para o trato com os animais, porque o pessoal pra fora quando sente uma dor de estômago toma chá e porque não usar o mesmo método para os animais...”

A resistência do agricultor a novas técnicas se expressa diferentemente nas diversas áreas da produção. A parte veterinária sofre uma maior resistência, pois o agricultor espera que, depois de verificado o problema no animal, seja ministrado um medicamento “rápido e eficaz”. Por muitas vezes, o agricultor, por ignorar os processos de como o medicamento age no organismo do animal, acaba por contaminar-se ao ingerir medicamentos através do leite ou da carne consumida.

É importante salientar que, mesmo sofrendo alguma resistência, o projeto traçado pela cooperativa, pelos técnicos e por alguns cooperados na área da agroecologia está sendo desenvolvido em todas as áreas da produção nos assentamentos.

Não significa, porém, que esta forma produtiva tenha se tornado a única ou que se caracterize como a de maior expressão dentro dos assentamentos. No caso estudado, podemos identificar algumas formas de produção que aparecem com mais frequência. Todas elas têm características próprias, no que diz respeito à forma de como os produtores pensam o desenvolvimento econômico da propriedade, da família e do assentamento ao qual fazem parte.

A relação do produtor e de sua família junto à comunidade e ao ambiente local se diferencia tendo em vista as suas aspirações, os seus desejos futuros e os exemplos que são levados a efeito na sua propriedade. Outro ponto a ser colocado diz respeito às considerações que são tecidas quanto ao papel do Estado junto aos assentamentos e de sua relação com a Cooperativa local e com o MST.

Como foi verificada, a forma de produzir nos assentamentos não segue um padrão único, ela, em certos momentos, leva em consideração fatores socioculturais e econômicos (que podem ser tão diversos quanto as histórias de vida dos assentados); em outros apresenta uma mescla de ambos associados às aspirações que os produtores tem de futuro para seus filhos, a sua visão de mundo e as perspectivas de progresso que têm para a propriedade e sua família, o que será discutido no capítulo seguinte.

IV – AS FORMAS DE PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS E A SUA EXPRESSÃO NA CAMPANHA GAÚCHA⁸

Os assentamentos da Campanha Gaúcha aqui estudados não se caracterizam por apresentarem uma uniformidade nas técnicas produtivas, ou como estamos nos referindo, pela uniformidade nas Formas de Produção.

Eles se caracterizam mais pela diversidade de suas formas de produção do que por apresentarem um padrão tecnológico único, onde possamos enquadrar a grande maioria dos assentados. A diversidade também está presente na forma de pensar a sua produção, bem como nas alianças que são formadas na esfera local.

Ao mesmo tempo, dentro de um processo onde grande parte dos indivíduos passa por um longo caminho de discussão e de amadurecimento dos motivos pelos quais foram desterritorializados, não seria correto afirmar que diferenças nas formas de produzir iriam pôr em cheque a unidade do coletivo. Dessa forma, concordamos com IANNI (1985, p.28) apud QUADROS (2002, p.65) quando diz que “... todos são membros da mesma comunidade de laços e prestações, favores e obrigações apoiados na terra e no trabalho, todos participam de um mesmo e único nós. As desavenças, brigas e vinganças não rompem a comunidade; rompem apenas os laços de um ou outro com os seus; e recolocam as obrigações recíprocas, a teia das dependências entre semelhantes, iguais.”

⁸⁵ Para a identificação das formas de produção nos baseamos nas saídas de campo realizadas aos assentamentos da regional de Bagé nos anos de 1997, 2000, 2001, 2002, 2003 e nos questionários que foram realizados no ano de 2003 nos referidos assentamentos.

A forma como os assentamentos são levados para efeito de reforma agrária⁹ no país e conseqüentemente no estado impregna, aos mesmos características que acabam impondo uma unidade na organização dos territórios por eles ocupados.

Podemos dizer então que os assentamentos implantados na campanha gaúcha aparecem como manchas dentro do território dominado pelo latifúndio pecuarista¹⁰. Estas manchas formadas pelos assentamentos teriam, entre outras características em comum, propriedades relativamente do mesmo tamanho (25 ha); um sujeito social específico (assentado); formas de produção baseadas predominantemente na mão-de-obra familiar; e também a busca, mesmo que por diferentes formas, de uma afirmação através da produção junto à comunidade local e regional.

Dessa forma, concordamos com LAMARCHE (1993, p. 18-19) quando considera que:

“... a exploração familiar não é portando um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade. Em um mesmo lugar e em um mesmo modelo de funcionamento, as explorações dividem-se em diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção. (...) em uma mesma comunidade, as explorações todas do tipo camponês podem ser mais ou menos importantes (em superfície ou em meios de produção), mais ou menos mecanizadas, mais ou menos técnicas etc., e, em cada caso, sua capacidade de adaptação e de produção deve variar consideravelmente.”

Mesmo estando esta diversidade expressa nos assentamentos pesquisados foi possível agrupar os assentados em quatro grupos, que hora se distanciam, hora se aproximam em suas características.

⁹ Todos os assentados que fazem parte do MST participaram em algum momento de sua trajetória do processo de acampamento; este momento constrói as bases para o que será a sua identidade de sem terra. Sobre o tempo de acampamento consultar SCHMITT (1992).

¹⁰ Não nos deteremos na análise das especificidades no interior do latifúndio pecuarista. Para maiores aprofundamentos ver FONTOURA (2000); QUADROS (2002).

4.1. FORMAS DE PRODUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DA REGIONAL DE BAGÉ: UNIDADE NA DIVERSIDADE

a) Propriedade Familiar com fraca influência externa: produzem principalmente para o consumo familiar, sua capacidade produtiva leva em consideração exclusivamente a mão-de-obra familiar; têm a tração animal como a principal ferramenta de trabalho; sua relação com o mercado acontece principalmente via cooperativa para a compra de produtos que não pode produzir na propriedade; na produção, utilizam pouco ou nenhum insumo químico. Consideram a vida no campo muito penosa e sacrificante, isto faz com que os titulares dos lotes incentivem seus filhos para o estudo com a finalidade de formar-se e ter uma profissão melhor na cidade. Consideram, ainda, que a ajuda governamental para a pequena propriedade é pouca e que com políticas públicas específicas a sua condição poderia melhorar um pouco. Aham que o MST é a única saída para a pequena propriedade e para as suas reivindicações frente aos governos Federal e Estadual; vêem a organização do/no Movimento como única forma de conquista da terra para seus filhos. Estes produtores tecem críticas muito brandas às atuações dos representantes do movimento a nível local e regional.

Foi possível visualizar um certo incômodo por parte deste estrato de produtores quando inquiridos sobre a atuação do Movimento junto aos assentamentos.

b) Propriedade Familiar Especializada com Forte Influência Externa: produzem preferencialmente para o mercado (no caso estudado sementes); têm a mão-de-obra-familiar como uma importante parte da força de trabalho, mas contratam quando necessária mão-de-obra externa para a agilização do trabalho; utilizam insumos químicos e tratores como princípios da produção no campo; têm pouca relação com a cooperativa local, pois muitos destes produtores não acreditam nas linhas traçadas pela cooperativa para o setor produtivo; têm um relacionamento direto com as integradoras, com isto sofrem influência direta do mercado externo, tendo em vista que este regulamenta o preço dos insumos, forma de pagamento e preço final do produto; produzem grande parte do que consome na propriedade, para efetivar a compra de mercadorias que não produz em sua propriedade utiliza mercados locais que ofereçam o melhor preço no pagamento a vista.

Estes produtores têm uma visão comercial muito apurada, consideram que só conhecendo o mercado e tendo “coragem para se endividar” que se chega a algum lugar; seu grau de endividamento é grande se comparado com os demais assentados abarcados na pesquisa, pois os assentados que optam por trabalharem dessa forma contraem dívidas frente às integradoras para poderem produzir dentro do padrão tecnológico esperado.

A maioria dos produtores pesquisados considera o trabalho no campo difícil mas gratificante e isso contrasta com a resposta que foi dada à pergunta que se referia ao futuro esperado para os filhos, ou seja, esperavam que seus filhos estudassem o máximo possível, se profissionalizando e saindo da agricultura em busca de um emprego melhor. São convictos em afirmar que o governo já os ajudou bastante e que precisam apenas de mais linhas de crédito para o aumento da propriedade e de seu maquinário. Consideram que o MST é uma das formas do pequeno produtor conseguir sua terra, mas, diferentemente do grupo anterior, consideram a compra como uma saída válida para a manutenção do homem do campo e para o aumento dos lotes; têm no aumento da produção e na melhoria da condição financeira da família um de seus principais objetivos. Colocam que o papel desempenhado por seus representantes locais e regionais vem deixando a desejar e seu discurso deixa transparecer em muitos pontos a sua insatisfação frente ao papel desempenhado por esses representantes; ao mesmo tempo, “dizem que compreendem” que o trabalho de militância toma muito tempo e prejudica as atividades na propriedade.

c) Propriedade familiar com centro na produção leiteira: estas propriedades têm seu centro econômico na produção de leite, sofrem influência do mercado no que diz respeito ao preço final do produto e a aplicação das normas sanitárias a serem seguidas; a diferença básica entre esta forma de produzir e a especializada com forte influência externa é que, nesse caso, a Coöperal aparece como agente mediador, ou seja, o produtor não negocia direto com a empresa que recebe o seu produto, o cooperado encontra, junto à cooperativa, todo um aparato de informações e de assessoria de forma gratuita que dificilmente seria disponibilizado pela empresa receptadora de seu produto. Estes produtores têm a diversificação da propriedade como uma das grandes metas a serem alcançadas, pois, através do contato com os técnicos ligados à cooperativa, compreendem o perigo da especialização em apenas um produto. Tal fato nos levou a encontrar nessas propriedades uma diversificação muito grande da produção,

além do que parte dos produtores de leite são também produtores de semente de olerícolas para a Bionatur. A cooperativa aparece ainda como uma saída para a compra de novos maquinários para o resfriamento e o armazenamento do leite; tais produtos em outra situação teriam que ser comprados única e exclusivamente pelo produtor. Estes produtores, devido ao grau de informações disponibilizadas pela cooperativa local, conseguem investir em sua atividade principal com a certeza de um retorno posterior; encaram a produção de leite como um rendimento certo e, por este motivo, sentem-se livres para também aplicar em outras formas produtivas que lhes dêem um retorno garantido.

Portanto, os produtores consideram bom o papel da cooperativa e do MST, porque através da entrega do leite podem retirar vales para compras à vista ou, como muitos colocaram, “descontar na ficha do leite” que é uma forma de comprar “fiado e não ter que dar muita explicação.”

Consideram o trabalho no campo muito penoso apesar de necessário, tendo em vista que as oportunidades na cidade são menores para os indivíduos oriundos do campo ou, como alguns deles colocam, “os que vêm de fora” e não sabem nada; não tecem críticas sobre a atuação do MST, mas acham que os representantes locais e regionais poderiam atuar mais dentro dos assentamentos. Quanto ao futuro dos filhos, consideram que é necessário se especializar para que possam ter uma vida melhor dentro da propriedade .

d) Propriedade Familiar Agroecológica: estas propriedades têm fraca influência externa; caracterizam-se por terem entrado no processo agroecológico através da produção de sementes de olerícolas para a Bionatur; sua mão-de-obra é predominantemente familiar, em períodos em que há uma carga de trabalho maior, ocorre a troca de dias de trabalho com outros produtores ecológicos ou com vizinhos próximos; diferenciam-se das demais propriedades por acreditarem em uma forma de produzir onde possa ocorrer uma independência total de insumos químicos vindos de fora da propriedade; têm claro que a diversificação da produção é a saída para o produtor familiar.

Os produtores pesquisados optaram por esta forma de produzir após já terem sido, de alguma forma, expulsos do processo de integração das empresas. A exclusão dos mesmos do processo produtivo integrado levou-os a repensar a produção integrada, e este repensar a

produção, ligado à proposta de produção agroecológica feita pela cooperativa, levou-os a percorrer novos caminhos e a vislumbrar o processo produtivo de uma “nova forma”.

Os produtores agroecológicos sofrem uma grande influência por parte da Cooperal; suas relações extrapolam a esfera produtiva; em reuniões¹¹ feitas com os produtores que optaram por esta forma de produzir e de pensar a propriedade, são discutidos assuntos que vão desde a produção, passando pela preservação do ambiente local, da saúde alimentar e física dos produtores, chegando até a discussão dos rumos políticos locais e regionais. Conseqüentemente, acabam acreditando nos rumos traçados pelo MST para a viabilização da propriedade familiar, além de não fazerem distinção entre as propostas do MST e da Cooperativa, pois, no seu entendimento, ambos são indissociáveis. Compreendem que o rumo da propriedade familiar depende muito da atuação do Estado e que, em grande parte, a manutenção do homem no campo depende de linhas de créditos diferenciados em sua essência, ou seja, linhas de crédito que levem em consideração a real necessidade/característica da propriedade familiar. Consideram que o acesso à propriedade por parte dos produtores que foram expropriados e por parte dos filhos dos produtores assentados só é possível via ocupação do latifúndio. Acreditam na agricultura familiar e consideram que o trabalho no campo é difícil, mas que a vida seria pior caso migrassem para a cidade; esperam que seus filhos estudem e tenham uma profissão e que possam, se quiserem, ser produtores rurais.

Junto às formas de produção pesquisadas, foi possível vislumbrar ainda a formação de associação de produtores que se reúnem em pequenos grupos de famílias com a finalidade de comercializar os seus produtos em feiras realizadas na região. Estas associações não estão ligadas a uma forma específica de produção, mas à necessidade de congregar esforços para a comercialização dos produtos de um grupo específico de assentados. Quando tais associações são estabelecidas em nível da comercialização, elas podem ou não congregar produtores que tenham uma forma de produzir em comum.

¹¹ Este ponto será melhor esclarecido quando discutirmos com mais detalhes a proposta de produção agroecológica.

No entanto, quando tais associações acontecem em nível da produção, elas tomam outra configuração, pois se torna necessário que todos os produtores do grupo utilizem em suas lavouras ou no trato com animais uma mesma “unidade técnica”.

Cabe ressaltar que, em todos os casos analisados, podemos vislumbrar a busca pela autonomia da propriedade. Os discursos diferenciavam-se na forma de como buscar esta autonomia, no entanto, ao mesmo tempo, convergiam no que diz respeito à necessidade de aumento da produção, manutenção das famílias no campo e da necessidade de manter a unidade interna do MST. Somente quando analisamos os discursos dos produtores que trabalham de forma integrada com as agroindústrias de sementes e dos produtores que fazem parte do grupo ligado a Bionatur, que isso ficou evidenciado.

Na fala de um produtor integrado¹²:

“... não existe receita para manter o lote, o que dá certo para uns não dá certo para outros, a produção no lote é uma escolha individual.

Tenho total noção do perigo para a saúde e para o meio ambiente, mas enquanto não criarem alternativas viáveis, não pararei de plantar desta forma [com agrotóxicos].

O mercado consome tudo o que se vende, com ou sem agrotóxicos.”

O produtor ainda afirma que é necessário buscar a diversidade da produção. Segundo ele, “mesmo plantando sementes para as ‘firmas’, elas servem para agregar valor, coloca ainda que o produtor deve investir em produtos que tenham mercado certo e que ao mesmo tempo, possam sustentar a família”. Isso, segundo ele, justifica a ocupação e a permanência dos assentamentos na região.

Este tipo de agricultor apresenta o que GAIGER (1994, p.181-184) chama de *ethos* parcelar, segundo o autor:

¹² Optamos, nas entrevistas, por não citar os nomes dos agricultores entrevistados.

“O **ethos parcelar** [grifos do autor] estrutura-se em torno de três referências primordiais: a terra, o trabalho e a família. A terra aparece como valor maior e como objetivo principal da luta. O trabalho é visto como elemento decisivo para que o pequeno agricultor tenha êxito na produção, embora a própria experiência pessoal demonstre o contrário. As vantagens prometidas pelas formas coletivas de produção são avaliadas com ceticismo. O trabalho familiar é preferido como meio de preservar a autonomia e a segurança. A família, além de fonte de auto-estima e de reconhecimento social, intervém assim na racionalidade econômica e funciona como elemento pivô das estratégias de médio e longo prazo. Estratégias que, embora incluam em seu horizonte o progresso material e social, direcionam-se na prática para a subsistência e reprodução do ciclo familiar. Estes produtores na sua maioria “(...) não puderam resistir à disseminação da economia de mercado, que se beneficiaram apenas marginalmente da difusão dos bens culturais e das inovações técnicas, que pagaram os custos da modernização do campo brasileiro, que enfim, talvez precisamente por não terem obtido a chance que lhes parecia justa, obstinaram-se a permanecer no campo. A defesa que fazem de modelos e de soluções convencionais, hoje condenados pelo tempo, antes do que revelar um apego sem mais à tradição, parece-nos obra do censo prático camponês, do mesmo senso que, tendo buscado adaptar-se aos novos tempos a preço de seguidas concessões, levou esses camponeses a experiências traumatizantes de perdas e fracassos sucessivos. Daí talvez o temor, aliado ao sentimento de que já não há mais tempo nem condições pessoais para novos aventureirismos sobre a terra tão duramente conquistada, que leva esses sem-terra a desconfiarem e resistirem às propostas inovadoras defendidas pelo programa do MST.”

Ao analisar a fala do produtor agroecológico, é possível identificar o distanciamento entre o seu discurso e o daqueles que produzem de forma integrada, principalmente quando ambos se referem à sua atividade produtiva e à do vizinho como alguém que optou por ser “diferente”.

“... eu plantei com as ‘firmas’, olha o primeiro ano que eu plantei correu bem, no segundo ano começou uma exploração muito grande, porque tu tinha que comprar o adubo os defensivos tudo deles e daí quando fomos vender as sementes eles disseram que uma parte não deu germinação daí nós não recebemos até hoje, uma parte de coentro que vendemos não recebemos até hoje, isso frustrou eu e meu vizinho e nós não plantamos mais com eles.

Nós achamos que fomos enganados, nós plantamos, eles garantiram a compra, eles levaram as sementes não pagaram, nós pedimos para devolver as sementes e não devolveram.

Tem ainda produtores que plantam com as ‘firmas’, eles trabalham, eles têm que trabalhar o dobro que nós, o rendimento do pessoal que estão plantando com as firmas é bom, eles tão bem, eles não tão ruim, eles têm capital, mas uma hora vai parar de produzir porque é veneno, veneno e veneno, agora eles tão economicamente bem, têm carro, têm trator, tão bem equipados, não todos, mas têm uns que despontam mais que outros, mas na média eles tão bem, mas até quando vai durar.”(produtor de sementes agroecológicas bionatur)

Foi possível, nestas pesquisas feitas junto aos produtores assentados, perceber uma grande desconfiança dos produtores integrados com relação à proposta agroecológica feita pela cooperativa e seguida por alguns dos assentados da região.

Ao contrário, os produtores agroecológicos na sua maioria não tinham problemas em afirmar que os “convencionais” estavam em uma situação financeira melhor do que a maioria dos produtores da região, chegando em certos assentamentos até a ser considerados como exemplos a serem seguidos.

No primeiro grupo pesquisado, havia uma forte tendência à especialização em torno de um ou dois produtos principais que se destinariam principalmente ao mercado e seriam, segundo os produtores, “os responsáveis pela manutenção da propriedade”. Neste grupo, os demais produtos que não se destinassem ao mercado teriam um papel secundário dentro do planejamento feito para a propriedade; dessa forma, os produtos para a subsistência alimentar poderiam vir a ser substituídos por produtos adquiridos no mercado local.

Com o foco centrado na produção para o mercado, estes produtores também questionavam as linhas traçadas para os assentamentos como um todo, ou seja:

- não acreditam que a produção sem a utilização de agrotóxicos seja possível;
- preferem associações familiares ao invés de grupos maiores;
- acreditam que conseguirão reproduzirem-se associados às empresas integradoras e;
- preferem comprar os produtos “menos rentáveis” nos mercados locais do que gastar tempo produzindo e diversificando muito a propriedade.

Esta visão mercadológica da propriedade justifica-se, quando são analisadas as rendas dos assentados produtores de sementes convencionais frente aos demais produtores (com exceção dos produtores de leite). Os produtores integrados apresentam uma renda média de aproximadamente quinhentos reais por mês, chegando, em alguns relatos, a dois mil reais mensais. Isto é conseguido considerando as características que as integradoras “empregam à produção de sementes”, ou seja, as lavouras podem chegar a quatro hectares com uma única variedade produzida, priorizando variedades que estejam com seu preço em alta no mercado.

A renda familiar alta proporciona aos produtores uma posição de destaque junto à comunidade local, com isto há uma sobre-valorização do papel das firmas integradoras na região e uma certa “desvalorização” das propriedades que optam por diversificar ao máximo a sua produção.

É interessante colocar que as freqüentes frustrações nas lavouras e a relação de hierarquia que os técnicos têm com os produtores são consideradas naturais, com isso, os

produtores que faziam parte deste “grupo” e inviabilizaram-se em muitos casos são vistos como ineficientes ou como maus administradores.

Como colocamos anteriormente, a heterogeneidade no pensar o lugar e o futuro é o que mais distancia os produtores ligados às formas de produção que dizem respeito à propriedade familiar com forte influência externa e a propriedade familiar agroecológica.

As outras duas formas de produção que foram expostas encontram-se, no caso pesquisado, ora associadas a uma forma, ora a outra. Isso não quer dizer que as formas de produção anteriormente expostas sejam as que dominam o cenário nos assentamentos, ao contrário, ambas fazem parte deste cenário expressando muito mais as suas concepções no planejamento da propriedade familiar do que o volume de produção.

Concordamos ainda com GAIGER (1994, p.183) quando coloca:

“...que o ethos parcelar aparece em indivíduos que participam da base do movimento ou que se envolveram na luta sem compartilhar verdadeiramente os objetivos de médio e longo prazo colocados pelo MST, ou o fizeram em épocas que estes objetivos inexistiam, com o reassentamento esses produtores se voltaram única e exclusivamente para a vida familiar e para os problemas econômicos vividos em suas novas glebas.”

Estas características também se apresentam no caso estudado por nós. Além dessas, outras características são comuns entre essas formas de produção como, por exemplo, a faixa etária dos produtores que fazem parte dessa categoria, bem como as suas especificidades. Em ambos os casos, os produtores encontram-se com idade superior a 45 anos, com mais de três filhos (no caso estudado por Gaiger quatro filhos), são analfabetos ou semi-escolarizados e foram agricultores que já haviam sido assalariados rurais ou antigos meeiros.

Participando de outra concepção de desenvolvimento da propriedade e de sociedade, encontramos o produtor familiar agroecológico mais próximo do modelo que o MST procura desenvolver nos assentamentos na medida em que busca “(...) compatibilizar o agir individual e o agir coletivo, que vincula estreitamente a vida pessoal à dinâmica do movimento, a realização própria à edificação de uma nova ordem. Em segundo lugar, em decorrência de uma disposição a agir sobre a sociedade, a ocupar os espaços e assumir as grandes questões sociais, a sair da defensiva e participar das decisões em igualdade de condições, com independência, a fim de garantir aos trabalhadores a parte que lhes cabe do progresso e do desenvolvimento”. (Id., 1994, p.187)

Tal busca em direção de uma maior participação nos rumos a serem tomados de forma individual e coletiva fica muito bem expressa quando os agricultores colocam que:

“...aqui como Bionatur quem discute os rumos da produção, o preço, produtores, no geral são os produtores, então é um grupo, tem uma coordenação uma equipe que é um representante por assentamento que senta uma vez por mês e discute os problemas da produção de sementes ecológica Bionatur, nas outras firmas não, as firmas tradicionais se chama o técnico ele vinha aí e dizia tu planta assim, assim, assim, ele vem e te diz as regras e o produtor tem simplesmente chegar e fazer o que ele diz.

Na Bionatur quem decide é os produtores por que é há uma cooperação na produção e no trabalho, a visão deles (técnicos das firmas integradoras) é uma visão só econômica então quem decide é o técnico.” (produtor de sementes agroecológicas Bionatur)

Ambas formas de produção relacionam-se com o modo de articulação de cada grupo em relação à aplicação da técnica no espaço.

Dessa forma, cada apropriação do espaço apresenta uma certa coerência, uma lógica específica que adquire conteúdo e que reorganiza o individual e o coletivo.

Com isso:

“... transforma-se o espaço ao se transformar a sociedade, e em cada uma dessas transformações está envolvida uma atribuição de uma temporalidade particular que é a que vive a sociedade particular num dado momento, (...) quando um grupo social se apropria de um determinado espaço, não só o transforma num espaço social que exprime essa sociedade particular, a partir do uso que lhe destina, como constrói um espaço-tempo que é diferente daquele que outra sociedade teria podido construir; esse espaço-tempo é uma manifestação da racionalidade do movimento nessa sociedade, (...) apropriar-se de um espaço é reconstruir a sua lógica temporal, é reativar um mecanismo de articulação entre tempo e espaço, diferente do anterior.” (NICOLAS, 2002, p.85)

O espaço apropriado pelos produtores assentados expressa a sua diversidade interna, mas ao mesmo tempo impõe ao novo território uma unidade no que diz respeito a sua articulação espaço temporal devido à forma com que o agricultor familiar em geral pensa a sua atividade e o seu desenvolvimento no campo.

De uma forma geral, o agricultor familiar mantém traços adquiridos na sua trajetória de vida que são comuns às sociedades tradicionais, ou seja, de uma certa forma todos são ligados

intrinsecamente à manutenção da terra e da família através do trabalho. Isso acontece porque não buscam uma transformação permanente em direção a uma coisa outra que não a agricultura familiar, esta expectativa faz com que ocorra uma associação a modelos tecnológicos simples ou que se adaptem mais facilmente às condições do espaço.(id., p,86)

A reorganização do território por parte dos agricultores familiares ligados ao MST na Campanha Gaúcha reorganiza também, ou concomitantemente, as relações entre indivíduos e poder político local. As configurações políticas modificam-se devido às alterações demográficas empregadas ao território. Tais modificações ocorrem em razão das necessidades impostas pelos assentados (estradas, escolas, saúde, moradia, etc.) ao poder político local, bem como pelo número de créditos liberados para os assentamentos de reforma agrária (nos casos estudados, os créditos liberados para a implantação dos assentamentos em alguns municípios superavam o orçamento destes).

A resignificação impõe-se devido à implantação e à atuação de uma população estranha ao espaço da campanha gaúcha. Agora, é necessário que investimentos sejam feitos priorizando as formas de produção ligadas à propriedade familiar e não ao latifúndio pecuarista, o que faz com que a via política seja vista como um novo campo de disputa.

O papel dos assentados na economia local é significativa, segundo Luiz Inácio¹³, responsável pela Associação Rio-grandense de empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) no município de Candiota. Os projetos governamentais liberados para os assentamentos levam em consideração as potencialidades dos municípios e, segundo ele, faz com que ocorra um aquecimento na economia local.

Ainda sobre a importância dos assentamentos na economia local, Pedrinho Erone¹⁴, responsável na Associação Rio-grandense de empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural/Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (EMATER/ASCAR) pelos assentamentos regionais instalados pós 2000, coloca que o aporte de crédito para Bagé causou e causa ainda um impacto positivo no comércio local, à medida que todas as liberações são centralizadas no município, fazendo com que as primeiras e mais importantes relações de comércio se dêem no referido município.

A influência dos assentamentos na dinâmica municipal pode se expressar de diferentes formas nos municípios. Em determinados lugares, expressa-se com mais força através do fator

¹³ Entrevista realizada dia 25/02/2003 na sede da EMATER no município de Candiota.

¹⁴ Entrevista realizada dia 08/03/2003 na sede da EMATER/ASCAR no município de Bagé.

político, em outras através do econômico ou ainda através da introdução/criação de uma nova identidade territorial.

Podemos afirmar que a implantação dos assentamentos na campanha gaúcha faz surgir, mesmo antes de sua chegada, uma nova dinâmica de organização territorial. (LEITE, 2003)

Como foi possível vislumbrar anteriormente, as formas de produção existentes antes dos assentamentos não conseguiram empregar ao território uma dinâmica de ocupação, econômica, social e política bastante forte que permitisse barrar o avanço empregado pelos produtores familiares ligados ao MST.

Podemos salientar que, mesmo nas linhas produtivas originárias da região (produção de carne, sementes, leite), a entrada dos produtores assentados (independentemente da forma como produzem) causou e causa uma modificação nas relações de poder.

A organização preconizada pelos assentados, na sua maioria, tende a suprimir a figura dos intermediários para se unirem à cooperativa local e assim poder negociar melhores preços na hora da comercialização. Dessa forma, o volume da produção alcançada vai pesar no momento da negociação, e com isso, os produtores chegam a negociar preços, tornando-os uma referência no cenário econômico e político local.

Salientamos que a importância econômica, social e ambiental das formas de produção nos assentamentos segue uma lógica que pode em muito estar ligada às políticas públicas empregadas no setor agropecuário, bem como ao ímpeto produtivista a que se lançaram/lançam os assentamentos nos primeiros momentos de sua implantação. Nos casos estudados, podemos analisar que as formas de produção, ligadas ao que chamamos de modernização da agricultura, têm uma importância muito grande junto à produção assentada local. Este foi o caminho encontrado nos primeiros momentos para justificar a implantação dos assentamentos na região e o interessante é que a reprodução de técnicas de produção chamadas de “tradicionais” fez com que ocorressem três momentos junto aos produtores assentados.

O primeiro momento está ligado à introdução dos produtores assentados nas linhas de produção locais, seguindo as regras impostas pelo mercado e por seus representantes. Nesse momento, ocorre a busca da produtividade a todo o custo; a preocupação com a reprodução a longo prazo é quase inexistente; as empresas integradoras são vistas como a saída para os assentamentos.

O segundo refere-se a um momento posterior, onde mesmo tendo aumentado a produção dos assentamentos, começam a ocorrer processos constantes de exclusão de agricultores integrados, seja devido à “ineficiência” dos produtores ou ao processo de “seleção natural” imposto pelas integradoras. Aqui começam a ser questionadas as formas de produção e as relações sociais que estão sendo reproduzidas nos assentamentos, assim como a real intenção dos órgãos públicos federais e estaduais em implantar assentamentos em áreas que são ecologicamente inapropriadas e economicamente inviáveis.

O terceiro momento está ligado à discussão e à implementação de estratégias de resistência junto ao campo de grande parte dos assentados e não apenas de uma pequena parcela que conseguisse incorporar as técnicas necessárias à produção. Aqui começam a ser questionadas as formas de manutenção do homem no campo; a integração com o mercado consumidor é relativizada, deixando assim de ser o centro das discussões; os planejamentos tomam a direção da manutenção via subsistência com integrações esporádicas ao mercado; começa a ser pensada uma nova forma de integração com o mercado consumidor (quando necessário); a via escolhida é a dos mercados diferenciados, significa a introdução de formas de produção e comercialização “desconhecidas” dos produtores. Na pauta de discussão, aparece, tanto a produção sem veneno como a necessidade de criação de um circuito alternativo de comercialização e de troca de experiências acumuladas.

A reterritorialização dos assentados ligados ao MST na Campanha tem uma organização e uma trajetória onde ocorreram várias experimentações até chegarem à configuração atual. Hoje, o embate está em torno de duas propostas de formas de produção que ocupam a pauta de discussão local. Uma é a manutenção da produção baseada em todos os aparatos técnicos conhecidos e legitimados por técnicos, agrônomos, comerciantes e pelos governos locais, estaduais e federal, a partir da liberação de verbas para a pequena propriedade atrelada à compra de insumos e implementos agrícolas que comprovadamente “dão certo”. Outra é a opção por uma forma de produzir onde é necessário criar tanto os insumos, como readaptar muitas ferramentas e ainda encontrar novos circuitos de comercialização, de discussão e de financiamento.

É interessante colocar que ambas as formas de produzir impõem ao novo território montado pelos assentamentos características que extrapolam as fronteiras dos mesmos. Isso pode ser visto quando estruturas nos municípios locais são montadas para atender a demanda trazida pelos assentados, o que nos permite visualizar uma reorganização da paisagem local.

Onde encontrávamos grandes espaços de criação de gado, hoje temos um grande número de pequenos lotes, várias agrovilas e uma movimentação maior de pessoas e de serviços, ocasionando um aumento na dinâmica das localidades próximas aos assentamentos.

Em pesquisa realizada pelo Gabinete de Reforma Agrária (GRA)¹⁵ em assentamentos da campanha gaúcha, é possível vislumbrar o aumento considerável de investimentos que os assentamentos trazem aos municípios em que se instalam.

Um exemplo é o município de Hulha Negra, que de 1989 a 2000, recebeu referente a oito assentamentos o valor de R\$ 2.257.542,58 para investir em atividades produtivas; R\$ 4.507.186,76 para infra-estrutura social; e R\$ 176.577,10 para aquisição de utensílios domésticos e alimentação. Como consequência, houve um aumento nas vendas de material para construção e produtos ligados às atividades de produção na lavoura. Outra modificação que os assentamentos provocaram nos municípios foi o aumento considerável de pequenos negócios, tanto formais como informais, para o suprimento das necessidades ligadas à alimentação, à saúde, ao lazer e à educação trazidos pelo aumento da população local.

Os assentamentos da campanha gaúcha não podem ser vistos de forma isolada, eles formam territórios que são articulados entre si na busca constante de políticas públicas específicas para os produtores assentados, bem como de melhorias na infra-estrutura local que dinamizem as áreas em depressão econômica na qual foram instalados.

A simples alocação de verbas para o processo de reforma agrária não pode ser considerada como uma certeza de desenvolvimento, pois em vários casos, passada a euforia inicial, encontramos assentamentos em condições precárias de reprodução¹⁶. Dessa forma, consideramos que esta análise dos assentamentos extrapola a questão relacionada à viabilidade econômica proporcionada pela liberação de crédito pelos governos Federal e Estadual, ela também preocupou-se em analisar os sonhos, os projetos e a trajetória dos assentados da campanha gaúcha.

¹⁵ Informações Básicas sobre 19 Assentamentos de Reforma Agrária de 4 municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁶ Para maior aprofundamento sobre o processo de desempenho dos assentamentos no Rio Grande do Sul, ver MELGAREJO, 2001.

A trajetória desses assentados até a sua condição atual nos dá a real dimensão da sua evolução à medida que comparamos as condições iniciais em que os assentamentos foram realizados e o grau organizativo e de desenvolvimento que se encontram no momento atual.

A implantação dos assentamentos dessa forma recria frações da campanha gaúcha, isso acontece à medida que esta constrói novos espaços que são fundamentais pra o processo de formação e territorialização do MST.(FERNANDES, 1996, p.226)

A reterritorialização dos produtores assentados na campanha ocorre em um período onde o MST já tem claro que o desenvolvimento dos assentamentos não passa apenas pelo processo de desenvolvimento das forças produtivas, mas pela construção de um conjunto de espaços¹⁷ que juntos também contribuirão para tornar possível novas relações de produção.

Os assentamentos estudados são criados em um período onde, “(...) a construção do conhecimento e da realidade objetiva do coletivo acontece entre si e por ações já realizadas e materializadas, tanto nas experiências construídas pela sua forma de organização quanto na reflexão sobre a história da luta pela terra. Esse processo é tempo/espaço, dimensionados no âmbito do cotidiano, onde e quando surge a possibilidade política de entendimento e transformação de suas realidades.” (FERNANDES, 1996, p.230)

A reflexão sobre a sua caminhada até a chegada ao assentamento, bem como o “conhecimento crítico de sua realidade e a consciência da possibilidade de ação” faz com que ocorra uma análise dos “símbolos da cultura dominante” e uma reorganização de estratégia de ação com base no conhecimento construído, dessa forma (como já foi colocado anteriormente), montam-se alianças político, econômico e sociais que não obrigatoriamente devem ser entendidas como de consenso. (FERNANDES, 1996; GAIGER, 1996)

Dessa forma, o movimento é reconhecido dentro do cenário local devido não apenas à sua Forma de Produção, bem como por pela sua atuação junto aos espaços de luta.

¹⁷ Segundo FERNANDES, 1996, p.226 “... para entendermos esse processo em que a luta em movimento se constrói e transforma o seu próprio espaço por meio de seu multidimensionamento, ou seja, os espaços comunicativo, interativo e de luta e resistência, é fundamental considerar os fatores ou determinantes objetivos e subjetivos. Nessa avaliação do espaço social, os trabalhadores em luta praticam o exercício da cidadania, elaborado por meio da construção do conhecimento e de sua própria identidade.”

V – O TERRITÓRIO DOS ASSENTAMENTOS

Consideramos aqui como território dos assentamentos aquelas frações do território que efetivamente foram apropriadas pelos produtores familiares e que, concreta ou abstratamente, são identificados como o espaço onde se projeta o trabalho, as aspirações, as contradições, os sonhos as esperanças construídas durante o período de acampamento e conseqüentemente de organização junto ao MST e levadas a efeito após o processo de assentamento. (RAFFESTIN,1993; HAESBAERT, 1997, 1999, 2001)

Dessa forma, a apropriação do território é estabelecida a partir do momento em que há uma “apropriação/reprodução concreta e simbólica” do território. (HAESBAERT, 2001, p.1773)

A criação de novas rotas, a influência sobre a dinâmica econômica local, a ocupação de novas áreas para implantação de assentamentos acarretou na campanha gaúcha a criação de um território concreto e simbólico, onde os assentados têm livre trânsito. (Mapa 1)

Outro ponto se refere aos espaços de discussão e proposição criados pelos assentamentos nos setores econômicos, políticos, sociais e ambientais dentro do cenário regional, fazendo com que ocorra uma quebra ou reestruturação do poder local dos pecuaristas na região.

Além disso, a reestruturação física do território é vista como uma marca importante da presença dos assentamentos, ou seja, hoje a presença de propriedades familiares ligadas ao MST na região é incontestável e impossível de ser desprezada na formulação de políticas públicas de desenvolvimento local e regional.

Os assentamentos apresentam-se como uma importante forma de contestação à concentração fundiária e à viabilidade do latifúndio pecuarista. Na área de estudo, a média de

concentração fundiária (estabelecimentos com mais de 500 ha) nos municípios que tiveram implantação recente de assentamentos, segundo o Censo Agropecuário do IBGE em 1996, é de aproximadamente 60% em Candiota, 80% em Aceguá e em Bagé. Neste último município, encontram-se propriedades com mais 10.000 ha.

Em Hulha Negra, município onde começou o processo de instalação de assentamentos na região, a média está dentro da média do estado, entre 41,66% a 50% de estabelecimentos com área superior a 500 ha. (Figura 4)

O processo de instalação de assentamentos na campanha influencia diretamente o aumento de propriedades familiares nos respectivos municípios do que na média geral do estado. A influência, portanto, acontece no âmbito municipal de forma mais expressiva que no âmbito regional. A presença dos assentados não só se reflete no aumento da população rural local como também na dinâmica local. (Tabela 2)

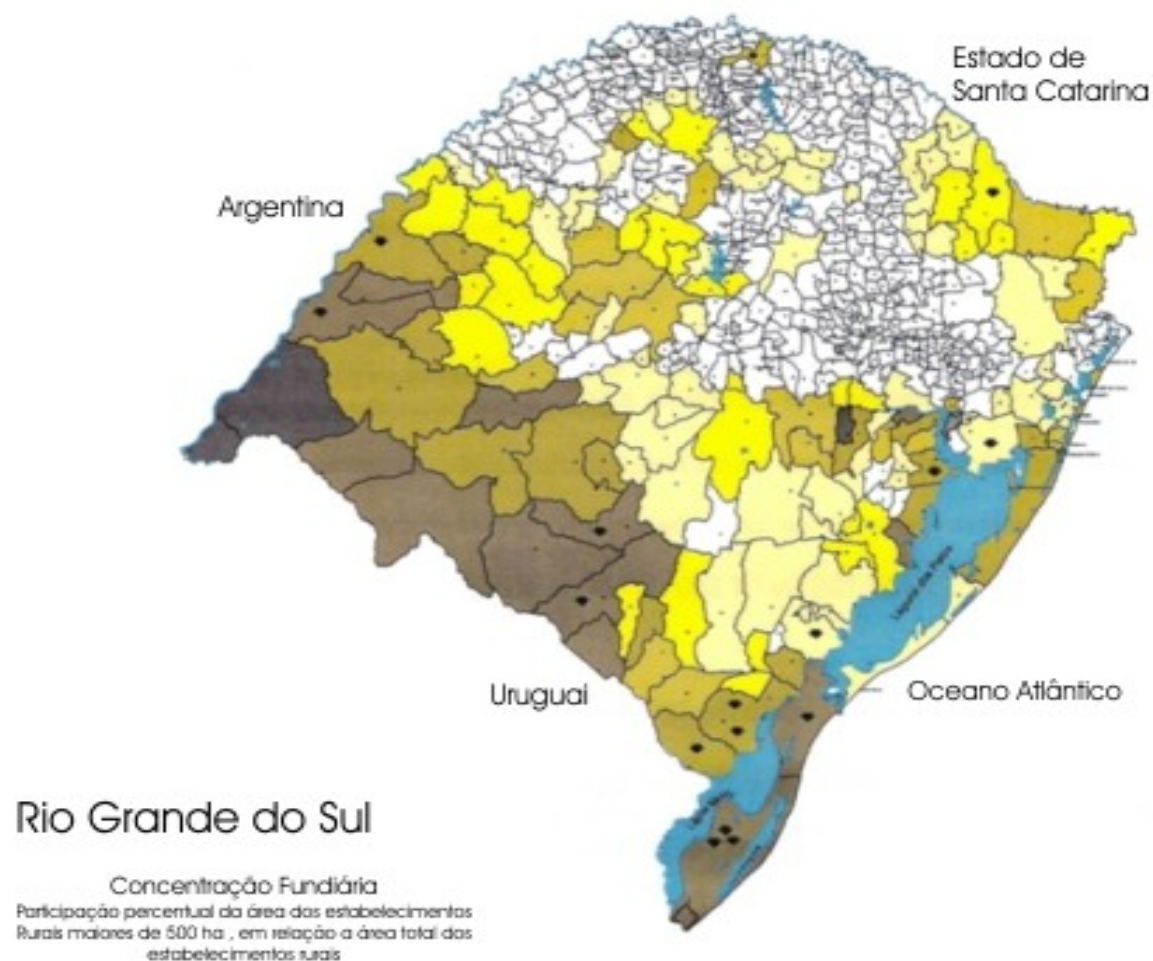
É importante salientar que a instalação de assentamentos na campanha gaúcha segue uma orientação geográfica clara no sentido de ocupar os latifúndios cuja base econômica está na pecuária extensiva. NAVARRO; MORAES; MENEZES (1999, p. 41) expressam esta orientação quando estabelecem que na campanha gaúcha:

“... o MST passou a atuar mais intensamente a partir dos primeiros anos da presente década[90], tendo como centro o município de Bagé, irradiando-se, depois, para os demais municípios circunvizinhos. (...) tomando-se a região como um todo, é surpreendente verificar que apenas oito municípios (Santana do Livramento, Herval, Hulha Negra, Candiota, Piratini, Capão do Leão, Canguçu e Encruzilhada do Sul), todos localizados no sul do Estado, respondem [respondiam] por 40,1% do total dos 132 assentamentos atualmente existentes ...”

A concentração dos assentamentos e sua expressão territorial fazem com que os mesmos se tornem referência frente às políticas públicas aplicadas na região. A demanda criada pelos assentamentos, em muitos casos, não pode ser desprezada, isto se expressa, em primeiro lugar, através da forma de reivindicação utilizada pelos agricultores assentados: caminhadas, ocupação de prédios públicos, barricadas em estradas, etc; em segundo lugar, pela posição que começam a ocupar no cenário político e econômico local.

No cenário político, com a chegada do MST, é gestada na região uma nova forma de organização que pretende provocar e provoca mudanças nas estruturas tradicionais das

Figura 5 - CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO RS



Percentual da Concentração Acima de 500 ha

- Mais de 80%
- De 70,1 a 80%
- De 60,1 a 70%
- De 50,1 a 60%
- De 41,66(média do estado) a 50%
- De 19,60 a 41,65%
- ⬇️ Propriedades acima de 10.000 ha

Fonte: Censo agropecuário do Rio Grande do Sul
DRA - Departamento de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária

Tabela 2
Assentamentos Instalados na Regional de Bagé entre 1985 e 2000

Município	Assentamento	Nome INCRA	Ano	Área (ha)	Nº famílias	Vínculo Político
Bagé	Colônia Nova – Pólo III			4022	80	
Bagé	Conquista da Vitória	PA Conquista da Vitória		242	9	
Candiota	Boa Vista do Butiá		2000	96,8	5	MST
Candiota	Estância do Fundo / 20 de Agosto	PA Estância do Fundo	1997	2135	85	MST
Candiota	Fazenda São Francisco/ 8 de Agosto	PA Fazenda São Francisco	1992	1180	49	MST
Candiota	Madrugada	PA Madrugada	1997	2135	45	MST
Candiota	Nossa Senhora Aparecida I	PA Nossa Senhora Aparecida I	1989	566	22	MST
Candiota	Nova Vitória	PA Nova Vitória	1989	399	14	MST
Candiota	Os Pioneiros	PA Os Pioneiros	2000	446,86	22	MST
Candiota	Santa Fé	PA Santa Fé	1996	755	30	MST
Candiota	Santa Lúcia	PA Santa Lúcia	1988	929	37	MST
Candiota	São José I	PA São José I	1989	358	13	MST
Candiota	São Miguel	PA São Miguel	1992	397	12	MST
Candiota	São Pedro II	PA São Pedro II	1997	585	25	MST
Candiota	São Sebastião do Marmeleiro		2000	379,35	20	MST
Candiota	Seis das Acácias		2000	141,22	6	MST
Candiota	Vinte e dois de Dezembro		2000	984,54	42	MST
Candiota	Vitória 2000		2000	223,28	9	MST
Candiota	Vitória São João		1990	152	7	MST
Hulha Negra	Abrindo Fronteiras F.S. Ang.	PA Abrindo Fronteiras	1999	1514,89	68	MST
Hulha Negra	Boa Amizade	PA Boa Amizade	1989	745	27	MST
Hulha Negra	Chê Guevara		2000	1187,1	50	MST
Hulha Negra	Conquista da Fronteira	PA Conquista da Fronteira	1989	2231	89	MST
Hulha Negra	Conquista do Arvoredo	PA Conquista do Arvoredo	1989	410	16	MST
Hulha Negra	Conquista do Futuro		2000	669,55	34	MST
Hulha Negra	Estância Exp. Hulha Negra			294	21	MST
Hulha Negra	Jaguarão	PA Jaguarão	1997	2890	116	MST
Hulha Negra	Missões do Alto Uruguai	PA Missões do Alto Uruguai	1990	227	10	MST
Hulha Negra	Nasce uma Esperança	PA Nasce Uma Esperança	1990	282	12	MST
Hulha Negra	Nova Esperança			2500	125	MST
Hulha Negra	Nova Geração		2000	257,8	10	MST
Hulha Negra	Nova Querência		2000	1430,46	59	MST
Hulha Negra	Nova União I	PA Nova União I	1988	803	28	MST
Hulha Negra	Nova União II	PA Nova União II	1988	174	7	MST
Hulha Negra	Santa Elmira	PA Santa Elmira	1989	1411	53	MST
Hulha Negra	Santo Antônio I	PA Santo Antônio	1993	294	23	MST
Hulha Negra	Unidos Venceremos		2000	297,12	12	MST

Fonte: tabela organizada pelo autor segundo dados coletados junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

organizações políticas locais. Esta mudança é percebida nos municípios onde os assentamentos são implantados à medida que os partidos de esquerda começam a ter maior representatividade. Esta situação ficou evidenciada ao analisar as entrevistas onde a grande maioria dos assentados entrevistados identificou-se ou como filiado¹⁸ ou como votante do Partido dos Trabalhadores, corroborando assim a afirmativa de MACHADO (2003, p.40) quando coloca que,“(...) o MST 'encontra' no PT um aliado forte na busca por reforma agrária e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais.”

Esta estreita ligação é aprofundada em 1999 com a chegada da Frente Popular ao governo do Estado. A partir deste momento, a questão agrária toma um lugar importante na pauta de discussão, estruturas são montadas e modificadas para que questões ligadas às políticas públicas sejam tratadas com maior seriedade e capacidade técnica.¹⁹

MACHADO (2003, p.83) afirma que mesmo tendo ficado “(...) longe da meta estabelecida de 10 mil famílias assentadas nos quatro anos de Governo, é preciso destacar que foi realizado nesses quatro anos de Governo, praticamente o mesmo que nos últimos 20 anos.”

Esta orientação associada às novas políticas públicas do governo estadual fez com que cada vez mais os assentamentos fossem aprofundando a sua participação no cenário político local.

A retomada das atividades na melhoria estrutural e de produção dos assentamentos aparece tanto nos antigos como nos assentamentos novos. Em entrevista, o Diretor do Gabinete de Reforma Agrária Sr. Ênio Guterres, coloca que:

“... nós hoje temos um balanço de 3 anos e meio, onde já gastamos em torno de R\$ 120 milhões direto para os assentamentos. Desses, cerca de R\$ 70 milhões foram usados na compra de terras, **R\$ 50 milhões para investir em consolidação de assentamentos (R\$ 30 milhões para os novos e R\$ 20 milhões para os antigos)**” [grifo nosso] (MACHADO, 2003, p.80)

Os investimentos do governo do estado, destinados à melhoria dos assentamentos fez com que se conservasse de forma permanente as estradas de acesso aos assentamentos, além da manutenção de programas de assistência técnica dentro dos assentamentos. Estes

¹⁸ Informação obtida em entrevista a campo com aos assentados dos municípios pesquisados.

¹⁹ Sobre a criação do Gabinete de Reforma Agrária e políticas públicas implementadas na gestão da Frente Popular no Governo do Estado, ver MACHADO, 2003.

programas foram encerrados em outros Estados, mas foram mantidos aqui somente em função do convênio firmado junto ao governo do Estado.

O território dos assentamentos é também um terreno fértil para o aprofundamento de discussões e de intensificação de experiências, tanto na produção como no campo organizacional.

Como bem coloca MEDEIROS (2002, p.21):

“... a presença de assentamentos e assentados provocou mudanças nas relações entre trabalhadores localizados nos projetos e as autoridades locais, quer impondo a estas novas formas de atuação, quer reforçando mecanismos tradicionais de clientela (comuns em situação de precariedade), quer construindo novas lideranças que passam a disputar espaços públicos.”

No campo organizacional, o assentado, ao nível de propriedade, escolhe em sua maioria o trabalho familiar individual apesar de estar ligado à cooperativa. Esta última aparece como a forma escolhida de negociação com o estado e com as outras organizações de fomento. Portanto, os assentados da regional, trabalhando de forma coletiva ou não, optam por serem cooperativados e terem a cooperativa como seu representante jurídico frente a empréstimos e negociações comerciais.

Os investimentos dos assentamentos na economia local não apenas aquecem como aumentam a dinâmica do mercado local através da criação de novos pontos de comércio, estabelecendo uma concorrência com aqueles já instalados. Assim, as estruturas montadas pelos assentados na regional também se configuram como importantes agentes no espaço urbano local e no cenário econômico, à medida que determinam preços e formas de pagamento. Dessa forma, a maioria dos assentados tende a realizar as suas compras nas estruturas montadas pelas cooperativas. Este mercado “cativo” proporciona a manutenção de tais estruturas, bem como o seu crescimento em relação aos demais pontos do comércio local.

Com esta estratégia, os assentamentos possibilitam o aumento da oferta de produtos, além da organização de novas vias de comercialização: feiras livres, feiras de produtos agroecológicos, produtos da “colônia”, produtos da Reforma Agrária, etc. Pouco a pouco, vão ocupando espaços antes dominados pelos atravessadores.

A análise aqui feita dos fatores econômicos teve como base as entrevistas junto aos produtores que tiveram a liberdade de se expressarem quanto à sua satisfação ou não, enquanto assentados em um lugar estranho à maioria ali alocada. Nessas entrevistas, ficou

sempre claro que, mesmo quando os produtores faziam duras críticas às estratégias de produção que os assentamentos vinham tomando, ou quando criticavam os representantes locais, o faziam com a finalidade de avançar no processo de reforma agrária e não como forma de questionar a sua validade.

A condição atual é tida pelos agricultores pesquisados como melhor do que a condição anterior à do assentamento e também como melhor do que a condição vivida em períodos em que ainda trabalhavam na terra (como posseiros, rendeiros, agregados ou proprietários de pequenos lotes). A razão está relacionada ao fato de que eles encontraram junto ao MST uma organização que lhes possibilitou, em muitos casos, a melhora em sua condição econômica. Em outros momentos, quando a condição econômica não é colocada como fator mais importante, percebe-se que o simples fato de o movimento servir como um fator de manutenção ou possibilidade de manutenção do homem no campo já justifica a sua existência.

O território formado pelos assentamentos tem as suas feições fortemente influenciadas pelas formas de produção nele desenvolvidas, mas, como podemos vislumbrar, não é o único fator a ser levado em consideração na identificação do território assentado. Este é também identificado por apresentar diferentes relações de organização e de comunicação, além de estar se configurando como um lugar de discussão quanto à forma de utilização do ambiente local, da manutenção do homem no campo, da construção de redes alternativas de trocas e de comercialização dos produtos de origem da reforma agrária.

No entanto, nesse território também se reproduzem características consideradas “naturais” no campo. Um exemplo claro é referente à participação da mulher.

Nos assentamentos, em sua maioria, tal participação é aceita se for em atividades que demandem pouco deslocamento. A justificativa é em todos os casos a mesma: “(...) as mulheres não participam porque não existem grupos de mulheres, e também porque se elas forem inviabiliza o trabalho no lote” (depoimento de agricultor assentado).

É importante expor que a participação feminina é sempre pensada para atividades de cunho social (educação, saúde). Se por acaso for pensada para o setor econômico, é sempre relativa a atividades tidas como de “menor importância” (pequenas agroindústrias caseiras de transformação, atividades em hortas).

A diferenciação dos papéis empregados pelo trabalho no lote está muito bem expresso no caso estudado, onde a subordinação e a desqualificação do trabalho feminino se apresenta

como um entrave a ser superado. Além disso, a pouca presença do nome da mulher nos documentos do lote faz com que se reforce o conceito de que o homem deve representar a unidade familiar e de produção em todas as esferas.

Como consequência, vamos ter um sufocamento da participação feminina nas instâncias decisórias locais, por vezes justificado através da afirmativa de que as mulheres já estariam contempladas pelas atuais propostas.

Um segundo ponto que é também significativo refere-se à ausência de espaços de interação e diversão, a qual é vista como um problema a ser somado na manutenção das famílias no campo, principalmente quando nos referimos aos jovens que partem para as cidades em busca de mais “atrativos”.

A viabilização de novas atividades tem que ser buscada como forma de tornar a vida no assentamento mais dinâmica. Além disso, a visão de que o assentamento é apenas o lugar de trabalho faz com que os recursos que convergem para ele sejam gastos fora dele, ocasionando assim uma migração de capital e esforço para outros estabelecimentos que não fazem parte do processo de reforma agrária.

Estes e outros questionamentos fazem parte do território dos assentamentos, empregando, ao mesmo tempo, características de mudança e manutenção de características estagnadas inerentes ao espaço agrário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estruturação do espaço agrário brasileiro tem seu “gérmen” baseado na grande propriedade (latifúndio), na escravatura e na monocultura (ora para a exportação, ora para o suprimento do mercado interno), e estas características (exceto a escravatura) mantêm-se vivas no cenário nacional, fazendo assim com que, no decorrer da história, fosse criado um contingente de expropriados que viria a contestar tal forma de apoderamento do território.

Dessa forma, as transformações “recentes” que vêm ocorrendo no espaço agrário brasileiro colocam na pauta de discussão as formas de territorialização do capital; de monopolização do território, bem como a atuação dos movimentos de luta pela terra, pela reforma agrária e pelo trabalho no campo.

A contestação à estrutura agrária e à estratégia de territorialização do capital no campo impõe novas formas de produzir, de relacionar-se com o meio e com a sociedade, ao mesmo tempo em que traz a tona, em muitos momentos, formas tradicionais de produção, relacionamentos (pessoais) e de visão de sociedade, fazendo assim com que o processo de ocupação do território seja extremamente dinâmico e complexo.

Nesse sentido, a presente dissertação analisou a forma com que produtores familiares organizados em torno do MST reterritorializaram-se em um espaço, dentro do estado do Rio Grande do Sul, que ainda hoje pode ser considerado como de domínio do latifúndio pecuarista.

Para isso, trilhamos um caminho onde apresentamos a estruturação do espaço agrário brasileiro. Este, baseado na grande propriedade monocultora e na expropriação do homem do campo, bem como em políticas públicas voltadas em sua grande maioria à manutenção e ampliação da grande propriedade monocultora de cunho comercial.

Dentro desse cenário, foi abordado o papel diferenciado que ocupa o estado do Rio Grande do Sul, devido às suas características locais (fronteira) e ao tipo social que se

constrói tendo por base uma identidade territorial fortemente ligada a uma estrutura político-econômica específica. O processo de reterritorialização foi abordado como forma de demonstrar a dinâmica que é empregada à parcela do território Rio-grandense com a chegada de um novo tipo social e de novas formas de produção distintas das utilizadas pelos latifundiários pecuaristas.

A abordagem realizada buscou na análise das formas de produção e nas políticas públicas empregadas para o setor agropecuário a resposta para as diferenças que se expressam no território Rio-grandense. Buscou-se, também, com esta abordagem, desvelar como ainda nos dias de hoje o latifúndio se mantém quase intocado tendo por base uma estrutura onde o número de expropriados do campo cresce constantemente.

Por fim, buscou-se demonstrar as formas de produção utilizadas por produtores assentados na Campanha Gaúcha para justificar o seu processo de reterritorialização.

Nesse ponto, podemos chegar à conclusão de que o processo de reterritorialização dos produtores assentados na Campanha Gaúcha passou por diferentes fases ou estágios até chegar à “forma” em que se encontra hoje.

Em um primeiro momento, as famílias assentadas passaram por um período que podemos considerar como de adaptação/reconhecimento do novo território. Tal período foi marcado por uma extensa agenda de lutas que culmina na liberação de verbas para a implantação e produção nos assentamentos. Isso fez com que, em um período muito curto de tempo, os produtores assentados demonstrassem a sua capacidade produtiva e a sua importância no cenário regional, pois se tornam referências tanto na produção como na produtividade, que pode ser alcançada pela pequena propriedade na região.

Em um segundo momento, os produtores assentados empregam à região formas organizativas baseadas no sistema cooperativo, sistema este que, mesmo passando por diversos arranjos e rearranjos, mostra a sua eficiência no cenário local à medida que negocia em pé de igualdade com empresas que pretendem adquirir produtos dos assentamentos. Além disso, é dentro do sistema cooperativo que surge o embrião do que viria a ser a maior forma de contestação ao poder instalado na região, ou seja, é junto à Cooperal que surge a idéia da produção agroecológica de sementes e de contestação a toda forma de produção baseada no pacote tecnológico empregado na produção agropecuária desde 1964, bem como a forma como o capital territorializou-se no campo.

Em um terceiro momento, vimos que “coabitam” no território dos assentamentos uma variedade de formas produtivas que pensam a produção, o desenvolvimento familiar e social de diferentes formas. Ao invés de uma homogeneidade nas formas de produção oriunda/gestada dentro do processo de luta, o que vimos foi uma heterogeneidade nas mesmas, fazendo assim com que ficassem “impressas” no território as diferentes estratégias de ocupação e reterritorialização dos assentados no novo lugar.

É possível, a partir da análise realizada neste trabalho, concluir que o processo de reterritorialização dos produtores assentados na região da Campanha Gaúcha vem passando por diferentes estágios. Logo, podemos afirmar que os produtores assentados trilham um caminho que tem o seu início na integração com as agroindústrias locais e na sua re-incorporação ao mercado dentro da mesma lógica que um dia os expulsou do trabalho no campo. Concomitante a esta “integração”, o setor ligado à produção nos assentamentos e uma parcela dos produtores assentados começam a discutir medidas alternativas às formas de produção e de comercialização utilizadas até o presente momento. As discussões culminam na criação de um “núcleo de resistência” ao modelo produtivo vigente, expresso na produção de sementes agroecológicas e na sua proposta para a produção nas propriedades familiares.

É de extrema relevância esclarecer que os debates internos no que se refere à produção, estratégias de desenvolvimento e de integração ao mercado existentes nos assentamentos, ao invés de se configurarem como agentes obstaculizantes, transforma-se em terreno fértil para o avanço dos assentados no cenário local. Independente do “grupo” que os assentados façam parte, eles aparecem como “exemplos” a serem seguidos.

Há, com a chegada dos assentamentos na Campanha, uma nova organização e um desenvolvimento do território. Agora o mesmo é pensado a partir das formas de produção ligadas às pequenas propriedades e, em menor escala, às formas ligadas à grande propriedade pecuarista. Assim, é possível perceber uma mudança significativa na dinâmica econômica e política local, pois agora a Campanha é vista como um lugar de oportunidades e não de decadência e estagnação.

Cabe salientar que a presente dissertação não pretende esgotar a análise referente à reterritorialização dos produtores assentados na Campanha Gaúcha, ao contrário, levantou diferentes pontos que podem servir como pontos de partida para novas abordagens e novas discussões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** Seminário sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável, Fortaleza, [sd.].

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil.** Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste.** São Paulo: Ática, 1986.

_____. Sociedade e Reforma Agrária no Brasil. In: _____ **A Questão do Território no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1995, p. 77-89.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** (trad.) Marco Estevão; Renato Aguiar. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul.** Separata do Boletim Geográfico, ns. 171 novembro/dezembro de 1962 e 172 janeiro/fevereiro de 1963, IBGE – Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro 1963.

BANDEIRA, Pedro S. As raízes Históricas do Declínio da Região Sul. In: ALONSO, José Antonio F et alii. **Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande Do Sul - Causas e perspectivas.** Porto Alegre, FEE, 1994, parte I.

BASSO, David. **A Relação entre Cooperativismo e Produtores Rurais:** uma avaliação da importância do cooperativismo empresarial para os produtores associados. Itaguaí/RJ, 1990. Dissertação (Mestrado defendida no Instituto de Ciências Humanas e Sociais) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, 2000 (reimpressão).

BARBOSA, Ycarim Melgaço. O Movimento Camponês de Trombas e Formoso. Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros. **Território e Cidadania:** da luta pela terra ao direito a vida. São Paulo, Marco Zero/AGB, 1988, p.115-122.

BRESSAN, Delmar. **Gestão Racional da Natureza.** São Paulo: Hucitec, 1996.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento:** formação de educadores e educadoras no MST. Petrópolis, Vozes, 1997.

COCEARGS. **A vida no Assentamento.** Porto Alegre, 1997.

COORDENADORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS ADMINISTRAÇÃO POPULAR. **Orçamento Participativo**. Hulha Negra – RS, 1997.

DELGADO, C.D. **Expansão e Modernização do Setor Agropecuário no Pós-Guerra: um estudo da reflexão agrária**. [Mimeo], [sd.]

EMATER. **Estudo de Situação Levantamento de Dados e Informações**. Hulha Negra/RS, maio 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST formação e territorialização**. São Paulo, Hucitec, 1996.

FONTANA, Airton. **Construindo o Caminho: uma educação orgânica – experiência do assentamento Conquista na Fronteira**. São Miguel do Oeste: UNOESC, 1999

FONTOURA, Luiz F. M. **Macanudo taurino: uma espécie em extinção?: um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha Gaúcha**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo.

GAIGER, Luiz Inácio. A práxis coletiva dos sem-terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural?. **In: Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, v.6, 1994.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GONÇALVES, C. W. P. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. **In: BECKER, B. CHRISTOFOLETTI, A. DAVIDOVICH, F. R. GEIGER, P. (orgs.) Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo, editora HUCITEC, 1995.

_____. **Os (Dês) Caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 4ª. ed., 1993.

GÖRGEN, Frei Sérgio. **Uma Foice Longe da Terra**. Porto Alegre: Vozes, 1990.

GORENDER, Jacob. **Gênese do Desenvolvimento Capitalista no Campo Brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: GABINETE DE REFORMA AGRÁRIA. **Informações Básicas Sobre 19 Assentamentos de Reforma Agrária de 4 municípios do Estado do Rio Grande do Sul**. Núcleo de Estudos e Pesquisas do Gabinete de Reforma Agrária do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, outubro de 2002.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª ed., 1989.

HAESBAERT, Rogério. **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. Da desterritorialização a multiterritorialidade. In: **Anais do IX Encontro da ANPUR**. Rio de Janeiro, vol. 3, 2001.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS.

JUNIOR, Caio Prado. Nova Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil. In: **A Questão Agrária**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979, p. 86-126.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. v. 1. uma realidade multiforme. Campinas, SP: editora da UNICAMP, trad. Ângela Maria Naoko Tijiwa, 1993.

_____. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. v. 2. do mito a realidade. Campinas, SP: editora da UNICAMP, trad. Frédéric Bazin, 1998.

LEITE, Sérgio. **Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, Econômicos e sociais**. Seminário sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável, Fortaleza – CE, 2004, [mimeo].

MACHADO, José Carlos Lucas. **O processo de criação e organização do gabinete de reforma agrária no governo Olívio Dutra**. Porto Alegre, PUC, 2003. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais)

MARTINS, Francisco C. Estigarribia. **Reforma Agrária, Assentamento: agricultura familiar uma resposta econômica para região da campanha**. Bagé, URCAMP, 1994. Especialização em Saúde Mental Coletiva,

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso: ensaio de sociologia da história lenta**. São Paulo:, Hucitec, 2 ed., 1999.

MASSUQUETTI, Angélica. **O padrão de financiamento da agricultura brasileira no período de 1986-95**. <[www. agrobrasil.com.Br/agroartigos/artigo3](http://www.agrobrasil.com.Br/agroartigos/artigo3). >

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **As formas de produção e a emigração rural no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural)

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEDEIROS, L; HEREDIA, B; PALMEIRA, M; CINTRÃO, R; LEITE, S. **Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas**. CPDA/UFRRJ – NUAP/PPGAS/MN/UFRJ, convênio: REDES/NEAD-IICA, Rio de Janeiro, 2002.

MOREIRA, Maria Eunice. **Regionalismo e Literatura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, [s.n.t.],1982.

MOREIRA, Ruy. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Como Organizar a Massa**. São Paulo, 1991.

_____. **Documento Básico do MST**. São Paulo, [s.n.t.],1991.

_____. **Manual de Organização dos Núcleos**. São Paulo, [s.n.t.], 1990.

_____. **Normas Gerais do MST**. São Paulo, [s.n.t.],1989.

_____. **Sobre o Método Revolucionário de Direção**. São Paulo, [s.n.t.],1990.

NAVARRO, Z; MORAES, M.; MENEZES, R.. **Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento**. In: A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. (org.) Leonilde Sérvolo de Medeiros, Sérgio Leite. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Revista Estudos Avançados, vol.15, nº 43, São Paulo: USP, dezembro de 2001.

NICOLAS, Daniel Hierdenaux. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo a fragmentação na globalização?. In: **Território: globalização e fragmentação**.(org.) SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L.. São Paulo: Hucitec, 5ª ed, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto, 2ª ed., 1989.

OLIVEIRA, Francisco. O Desenvolvimento Capitalista pós anos 30 e o Processo de Acumulação. In: **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. Petrópolis: Vozes, 5ª ed.,1987.

QUADROS, Adriana Silvester. **Metamorfoses na estrutura agrária da região de Bagé-RS: os assentamentos rurais e a construção de uma união horizontal**. Porto Alegre, 2002. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. (trad.) Maria Cecília França, São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2002 (coleção Milton Santos).

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico científico.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Efeitos Sociais da Modernização da Agricultura. In: SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (org.). **História Econômica do Brasil Contemporâneo.** São Paulo, Hucitec, 1997, p 251-263.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SINGER, Paul. Porto Alegre In: **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968.

SILIPRANDE, Emma. **Mulheres rurais e políticas de desenvolvimento: considerações a partir da extensão rural.** <www.emater.tche.Br>

SOSA JR, Denir de Oliveira. **Assentamentos na Campanha Gaúcha: um estudo de caso no município de Hulha Negra - RS.** Rio Grande, , 1997. Monografia de Graduação (Curso de Geografia-Bacharelado), Fundação Universidade do Rio Grande.

STÉDILE, João Pedro. (org.) **A Questão Agrária Hoje.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS,1994.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente – A Trajetória do MST e a Luta Pela Terra no Brasil.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

SZMRECSANY, Tamás; RAMOS, Pedro. o papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: **História e Perspectivas.** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1994.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena História da Agricultura no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1990.

SCHMITT, Claudia J. **O tempo do acampamento: a construção da identidade social e política do “colono sem-terra”.** Porto Alegre, 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFRGS/PPG em Sociologia

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TORRONTEGUY, Teófilo Otoni Vasconcelos. **As Origens da Pobreza no RS.** Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1994.

VALVERDE, Orlando. Gênese e Evolução do Problema Agrário Brasileiro. In: **Estudos de Geografia Agrária.** Petrópolis: Vozes, 1985, p. 231-260.

_____. Regionalização da Reforma Agrária. **In: Estudos de Geografia Agrária.** Petrópolis: Vozes, 1985, p. 261-266.

ZAMBERLAM, Jurandir. **Assentamentos:** resposta econômica da pequena propriedade na região de Cruz A Ita. Passo Fundo: P. Berthier, 1989.

ZIMMERMANN, Neusa Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. **In: MEDEIROS, L et alii. Assentamentos Rurais: uma visão interdisciplinar.** São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1994, p. 205-235.